

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1.696, de 17 de junho de 2015

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Especial, com vista a atender a ação no orçamento geral do Fundo Municipal de Saúde, Fundação Cultural Casimiro de Abreu, IPREV-CA, Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Casimiro de Abreu, conforme abaixo:

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM O INCISO II DO ARTIGO 41 E III DO § 1º DO ARTIGO 43 DA LEI 4.320/64, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial na importância de R\$. 526.000,00 (Quinhentos e vinte e seis mil reais), nas Unidades na forma abaixo:

Fundo Municipal de Saúde e Fundação Cultural Casimiro de Abreu

Programa: 0027 – Déficit Atuarial

Operação Especial: 3.028 – Cobertura do Déficit Atuarial – IPREV C.A

Função: 28 – Encargos Especiais

Subfunção: 846 – Outros Encargos Especiais

Natureza da Despesa/Fonte: 3.3.91.97.00 – 0.001

IPREV-CA, Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Casimiro de Abreu

Programa: 0027 – Déficit Atuarial

Operação Especial: 3.028 – Cobertura do Déficit Atuarial – IPREV C.A

Função: 28 – Encargos Especiais

Subfunção: 846 – Outros Encargos Especiais

Natureza da Despesa/Fonte: 3.3.91.97.00 – 0.301

Art. 2º O Crédito a ser aberto pelo artigo anterior é proveniente de anulação parcial de saldo das Unidades, conforme abaixo:

Funcional Programática	C.R	Projetos/Atividades/Encargos Especiais	REC	Dotação	Anulação
15.15.10.122.0072.2.008	160	Gestão das Atividades do órgão – FUNDO	0.001	3.1.91.13.02.00	390.000,00
04.04.13.122.0010.2.005	20	Contribuições Patronais – IPREV-CA	0.001	3.1.91.13.02.00	117.000,00
01.01.09.122.0010.2.005	22	Remuneração de Pessoal e Encargos	0.301	3.1.91.13.02.00	19.000,00
TOTAL					526.000,00

Art. 3º As alterações constantes desta lei estão de acordo com a Lei nº 1.642/14 de Projeção de rateios da Amortização do Déficit Atuarial e tornam-se incorporadas a LDO/2015 e ao PPA 2014-2017 e em conformidade com a Lei nº 1.603/2013.

Art. 4º Em decorrência desta Lei fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas das referidas Unidades.

Art. 5º A presente Lei entra em vigor na data de sua Publicação.

ANTÔNIO MARCOS DE LEMOS MACHADO
PREFEITO

Projeto de Lei
Anexo de Metas e Prioridades
Exercício de 2015

ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA, FUNDACIONAIS E AUTARQUIAS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	AÇÃO	PRODUTO/UNID. MEDIDA	RECURSO	META FÍSICA/FINANCEIRA
PROGRAMA: 0027: Amortização do Déficit Atuarial					
OBJETIVO: Atender o Cumprimento da Lei 1.642/2014					
PÚBLICO: Governo					
Função: 28 – Encargos Especiais					
Subfunção: 846 – Outros Encargos Especiais					
Natureza da Despesa/Fonte: 3.3.91.97.00.00					
15.15.28.846.0027.3.028	- Cobertura do Déficit Atuarial – IPREV C.A	O	Obrigações Pagas/Mês	0.001	390.000,00
04.04.28.846.0027.3.028	- Cobertura do Déficit Atuarial – IPREV C.A	O	Obrigações Pagas/Mês	0.001	117.000,00
01.01.28.846.0027.3.028	- Cobertura do Déficit Atuarial – IPREV C.A	O	Obrigações Pagas/Mês	0.301	19.000,00

FINALIDADE: Custear as obrigações oriundas da Amortização de Déficit Atuarial

ANTÔNIO MARCOS DE LEMOS MACHADO
PREFEITO



Jornal Oficial do Município de Casimiro de Abreu



Edição nº CDLXXII - 25 de junho de 2015

Jornalista responsável: Guilherme Duarte

DECRETO N.º 506, DE 16 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre o processo e os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS;

CONSIDERANDO que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade como um todo o dever de defendê-lo e preservá-lo para às presentes e futuras gerações.

CONSIDERANDO que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitam os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (art. 225 § 3º da Constituição Federal).

CONSIDERANDO ser imprescindível a orientação e fiscalização por órgão técnico especializado para a preservação do Meio Ambiente.

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DAS PENALIDADES

Art. 1º O presente Decreto regula os procedimentos para a apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a imposição de sanções, a defesa, o recurso e os procedimentos preliminares à cobrança de créditos oriundos de sanções pecuniárias.

Art. 2º O procedimento de que trata este Decreto será orientado pelos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência, bem como, pelos critérios mencionados nas legislações vigentes que tratam sobre processos administrativos públicos.

Art. 3º Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão dolosa ou culposa que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

Parágrafo Único As infrações administrativas ambientais serão apuradas em processo administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, observadas as disposições deste Decreto.

Art. 4º Consideram-se para os fins deste Decreto os seguintes conceitos:

I Multa Simples: sanção pecuniária com previsão de valor neste Decreto, guardando proporcionalidade com o dano ambiental cometido;

II Multa Diária: sanção pecuniária cumulativa sempre aplicada quando o cometimento da infração se prolongar no tempo;

III Apreensão: ato material decorrente do poder de polícia a que consiste no privilégio do Poder Público de assenhorear-se de objeto ou de produto da fauna ou da flora silvestre, instrumentos, apetrechos, equipamentos e veículos de qualquer natureza utilizados no cometimento da infração;

IV Demolição: destruição forçada de obra incompatível com a norma ambiental;

V Embargo: é a suspensão ou proibição da execução de obra ou implantação de atividade;

VI Interdição: é a limitação, suspensão ou proibição do uso de construção, exercício ou condução de atividade.

VII Fiscal Ambiental: servidor de carreira, devidamente aprovado em concurso público, para o cargo específico com atribuições de fiscalização na área ambiental, com competência prevista no art. 155, da Lei 1.352, de 04/03/2010 – Código Municipal de Meio Ambiente de Casimiro de Abreu.

VIII Agente Ambiental: servidor de carreira, devidamente aprovado em concurso público, para o cargo específico com atribuições de fiscalização na área ambiental, com competência prevista no art. 156, da Lei 1.352, de 04/03/2010 – Código Municipal de Meio Ambiente de Casimiro de Abreu.

Art. 5º Sem prejuízo das sanções de natureza civil e penal, as infrações administrativas serão punidas com as seguintes sanções, alternativa ou cumulativamente, não necessariamente na sequência, observadas as circunstâncias atenuantes e agravantes:

I Advertência;

II Multa Simples;

III Multa Diária;

IV Apreensão;

V Destruição ou Inutilização do produto;

VI Embargo da atividade;

VII Suspensão de venda e/ou fabricação do produto ou Suspensão Parcial ou Total das atividades;

VIII Interdição Parcial ou Total; Temporária ou Definitiva do estabelecimento ou atividade;

IX Comunicação ao Órgão competente para decidir sobre a cassação de Alvará de Licença de estabelecimento, obra ou atividade;

X Comunicação ao Órgão competente para decidir sobre a perda, restrição ou suspensão, ou não, da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito ou de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Município;

XI Reparação, reposição ou reconstrução do recurso ambiental danificado, de acordo com suas características e com as especificações definidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

XII Restritiva de Direitos;

§ 1º Se o infrator cometer, simultaneamente, 02 (duas) ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§ 2º Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o infrator obrigado, mesmo que a infração seja sem dolo, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade, com encerramento do processo administrativo.

§ 3º Para configurar a infração, é necessária a comprovação do nexos causal entre a ação ou a omissão do infrator ao dano.

§ 4º As sanções previstas neste artigo deverão ser aplicadas através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, independentemente de outras sanções passíveis de serem aplicáveis por outras Secretarias Municipais ou outros Órgãos competentes do Executivo Municipal.

§ 5º A Advertência será aplicada, sempre por escrito, para fazer cessar a irregularidade ou pela inobservância das disposições desta Lei e da legislação em vigor, sem prejuízo da imposição de outras sanções previstas neste artigo.

I O advertido tem o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da ciência da advertência, para apresentar defesa, devendo de imediato cessar, corrigir ou tomar providência para impedir a continuidade da ação advertida.

§ 6º A Multa Simples será aplicada sempre que o agente, por culpa ou dolo:

I Advertido por irregularidades que tenham sido praticadas, deixar de saná-las, no prazo assinado pela autoridade ambiental competente.
II Notificado, deixar de atender às determinações da autoridade ambiental competente.

§ 7º A Multa Diária será aplicada sempre que o cometimento da infração for contínuo, até que o infrator cesse a ação degradadora e celebre termo de compromisso com o Órgão Municipal, visando à reparação do dano causado.

§ 8º Os valores das multas aplicadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável serão corrigidos periodicamente, com base nos índices estabelecidos na legislação pertinente.

I A multa será atualizada, com os acréscimos legais, com base em índice oficial adotado pelo Poder Executivo Municipal, quando seu recolhimento ocorrer fora do prazo.

§ 9º A aplicação de multas não suprime a aplicação de outras penalidades cabíveis previstas neste decreto.

§ 10 A apreensão e a destruição ou inutilização, referidas nos incisos IV e V do “caput”, obedecerão ao seguinte:

I No caso de soltura dos animais em seu habitat, acompanhará o Termo de Destinação Sumária e Laudo Técnico que ateste o estado bravo e a boa condição física dos espécimes e, ainda, a viabilidade ambiental do local pretendido, elaborado por qualquer profissional habilitado, servidor público ou não, que assumirá a responsabilidade técnica pelas informações prestadas;

II Tratando-se de produtos perecíveis ou madeira, serão os mesmos avaliados e doados a instituições científicas, hospitalares e outras com fins beneficentes;

III Os produtos e subprodutos da fauna ou da flora, não perecíveis, serão destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais;

IV Os instrumentos utilizados na prática da infração serão vendidos, garantida a sua descaracterização através da reciclagem, e observados, no que couber, os princípios de licitação.

§ 11 Os bens apreendidos deverão ficar sob a guarda da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, podendo, excepcionalmente, ser confiados à fiel depositário, até o julgamento do processo administrativo. A destinação dos produtos e instrumentos apreendidos poderá ser a guarda por fiel depositário, a doação ou o leilão, nos termos deste Decreto.

I Toda apreensão de produtos perecíveis deverá ser seguida, imediatamente, de doação às instituições hospitalares, militares, científicas ou outras com fins beneficentes, ou a destruição, a critério da autoridade competente, que deverá motivar a decisão.

II Não poderão ser comercializados os materiais, produtos, subprodutos, apetrechos, instrumentos, equipamentos ou veículos doados após a apreensão.

§ 12 As sanções indicadas nos incisos VII a IX do “caput” serão aplicadas quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo às prescrições legais ou regulamentares.

§ 13 As sanções restritivas de direito são:

I Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais municipais;
II Perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento municipais;
III Proibição de contratação com a Administração Pública Municipal;
IV Suspensão de registro, licença, permissão ou autorização municipal;
V Cancelamento de registro, licença, permissão ou autorização municipal.

§ 14 As penalidades previstas nos incisos VII e VIII do “caput” deste artigo serão aplicadas através da Secretaria Municipal

IX - parecer jurídico;

X - documentação exigida para a habilitação;

XI - ata contendo os seguintes registros:

a) licitantes participantes;

b) propostas apresentadas;

c) lances ofertados na ordem de classificação;

d) aceitabilidade da proposta de preço;

e) habilitação; e

f) recursos interpostos, respectivas análises e decisões;

XII - comprovantes das publicações:

a) do aviso do edital;

b) do resultado da licitação;

c) do extrato do contrato; e

d) dos demais atos em que seja exigida a publicidade, conforme o caso.

§ 1º O processo licitatório poderá ser realizado por meio de sistema eletrônico, sendo que os atos e documentos referidos neste artigo constantes dos arquivos e registros digitais serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

§ 2º Os arquivos e registros digitais, relativos ao processo licitatório, deverão permanecer à disposição das auditorias internas e externas.

§ 3º A ata será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.

Art. 31 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO MARCOS DE LEMOS MACHADO
PREFEITO

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA Nº 001/2015 – SECOM
(Em cumprimento da Lei 12.232, de 29 de abril de 2010).

A Secretaria de Comunicação Social torna público, para conhecimento dos interessados, que haverá uma SESSÃO PÚBLICA no dia 07 de julho de 2015, às 11 horas, a ser realizada na SECOM – Secretaria Municipal de Comunicação Social, localizada a Rua Miguel Jorge, 204, Centro, Casimiro de Abreu - RJ para abertura de envelopes com orçamentos para prestação dos serviços, conforme abaixo:

CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS DIVERSAS, CONFORME PREVÊ O PARÁGRAFO 2º DO ART. 14, CAPÍTULO III.

Serviços: Produção de documentários e vídeos para tv, internet e tv indoor, captação de imagens; produção de programetes de rádio; spots para rádio e carro de som; sinalização; gráfica; fotografias para campanhas publicitárias; panfletagem e material de distribuição gratuita.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 015/2015

PROCESSO N.º 04/2015 Empenho N.º 38/15

CONTRATANTE: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONTRATADA: R.F. Estofados Ltda, Rua Carlos Honório Berbet, nº 139 – Mataruna – Casimiro de Abreu/RJ.

CNPJ: 06.138.974/0001-12

VALOR: R\$7.870,00(Seze mil oitocentos e setenta reais)

CONDIÇÕES DE PAGT: Em até 30(trinta) dias após a emissão da nota fiscal.

OBJETIVO: Referente à contratação de firma especializada em concertos de móveis, para atender as necessidades do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

ORIGEM DO PEDIDO: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Rosana Léia de Souza Santos Machado

Presidente do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do

Adolescente

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2015 PROCESSO Nº 15/2015

HOMOLOGAÇÃO: 07/04/2015

CONTRATANTE: SAAE - SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COBERTURA DE SEGURO DA FROTA DE VEÍCULOS DESTA AUTARQUIA CONFORME QUANTITATIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS RELACIONADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

CONTRATADO: ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A.

VALOR DA DESPESA: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

Casimiro de Abreu, 25/06/2015

ELIEZER CRISPIM PINTO - Presidente Do Águas De Casimiro

**EXTRATO DE INSTRUMENTO TERMO DE RESCISÃO
CONTRATUAL**

Instrumento: Termo de rescisão contratual do contrato de nº. 189/2014, Assinado em 25/06/2015. **Partes:** Município de Casimiro de Abreu e a **Empresa:** Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas no Estado do Rio de Janeiro – SEBRAE/RJ, **Fundamento Legal:** art. 78, inciso XII e 79, inciso I, da lei Federal 8.666/93, **Objeto:** referente a rescisão do contrato de prestação de serviços para elaboração de pesquisa e ministração de curso voltado ao produtor rural e curso de empreendedorismo pelo Departamento de Qualificação Profissional, **Processo nº.** 3879/2014, **Origem:** Secretaria Municipal de Trabalho e Renda.

EXPEDIENTE

O **Jornal Oficial do Município de Casimiro de Abreu** é uma publicação da Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu, criado pela Lei 1291 de 14 de maio de 2009.

Prefeito Municipal: Antônio Marcos de Lemos Machado
Impressão: Gráfica própria - Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu

Endereço: Rua Padre Anchieta 234, Centro - Casimiro de Abreu - RJ

CNPJ: 29115458/0001-78

Tiragem: 1500 exemplares

Jornalista Editor: Guilherme Henrique da Silva Duarte

Número de registro: 30277/RJ

§ 4º Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

§ 5º Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

§ 6º No caso de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada de imediato por meio eletrônico, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§ 7º No pregão, na forma eletrônica, realizado para o sistema de registro de preços, quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos licitantes quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

§ 8º Os demais procedimentos referentes ao sistema de registro de preços ficam submetidos à norma específica que regulamenta o art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 9º Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

Art. 26 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 1º A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do caput, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 2º O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

§ 3º No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Art. 27 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

§ 1º Após a homologação referida no caput, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo definido no edital.

§ 2º Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas

no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 3º O vencedor da licitação que não fizer a comprovação referida no § 2º ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

§ 4º O prazo de validade das propostas será de sessenta dias, salvo disposição específica do edital.

Art. 28. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Municipal, e será descredenciado junto a Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Parágrafo único As penalidades serão obrigatoriamente registradas no provedor do sistema e no sítio da Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu/RJ.

Art. 29 A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 2º Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

Art. 30 O processo licitatório será instruído com os seguintes documentos:

I - justificativa da contratação;

II - termo de referência;

III - planilhas de custo, quando for o caso;

IV - previsão de recursos orçamentários, com a indicação das respectivas rubricas;

V - autorização de abertura da licitação;

VI - designação do pregoeiro e equipe de apoio;

VII - edital e respectivos anexos, quando for o caso;

VIII - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;

de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, fundamentada de acordo com as circunstâncias apuradas, conforme razões de interesse público expostas expressamente.

§ 15 Independente da aplicação de quaisquer sanções, o infrator será obrigado a reparar ou indenizar os danos ambientais por ele causados.

§ 16 A aplicação de quaisquer das sanções previstas neste Decreto deverá prever a obrigatoriedade do infrator recuperar o meio ambiente e descontaminar a área ou ecossistema degradado, custeando estas ações reparadoras com seus próprios recursos.

Art. 6º Considera-se Medida Administrativa Cautelar a medida aplicada diretamente pelo agente de fiscalização, dotada de autoexecutoriedade, decorrente do poder de polícia administrativa, apta a prevenir a ocorrência de ilícitos, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo para a apuração de infrações administrativas ambientais;

Art. 7º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a prever a classificação e a gradação das infrações e penalidades aplicáveis, fundamentado nas previsibilidades deste Decreto e demais legislações pertinentes, considerando essencialmente a especificidade de cada recurso ambiental.

Art. 8º As Multas Simples previstas neste Decreto podem ter a sua exigibilidade suspensa em até 50% (cinquenta por cento) do seu valor, quando o infrator, por Termo de Compromisso aprovado pela autoridade competente, obrigar-se à adoção de medidas específicas para fazer cessar e corrigir a degradação ambiental.

Parágrafo Único A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável disciplinará o Termo de Compromisso.

Art. 9º No exercício da ação fiscalizadora, observado o disposto no art. 5º, XI, da Constituição Federal, ficam asseguradas às autoridades ambientais a entrada e a permanência em estabelecimentos públicos ou privados, com mandato de busca ou flagrante, competindo-lhes obter informações relativas a projetos, instalações, dependências e demais unidades do estabelecimento sob inspeção, respeitando o sigilo industrial.

Parágrafo Único O Agente de Fiscalização requisitará o emprego de força policial, sempre que for necessário, para garantir o exercício de sua função.

Art. 10 Os valores arrecadados com o pagamento de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, instituído pela Lei Municipal nº 1.352, de 04/03/2010 – Código Municipal de Meio Ambiente de Casimiro de Abreu.

Parágrafo Único A multa deverá ser recolhida pelo infrator no prazo de 30 (trinta) dias da intimação do Auto de Infração, ressalvado o disposto nos artigos 80 e 81 deste Decreto.

Art. 11 A multa, sempre que possível, terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto da infração lesado.

Art. 12 Os valores das multas de que trata este Capítulo serão fixados no Capítulo IV deste Decreto e corrigido periodicamente, com base nos índices estabelecidos na legislação pertinente, sendo o mínimo de 0,78 UFIMCA e o máximo de 785.792,86 UFIMCA.

Parágrafo Único A multa será atualizada, com os acréscimos legais, com base em índice oficial adotado pelo Poder Executivo Municipal, quando seu recolhimento ocorrer fora do prazo;

Art. 13 Todas as penalidades previstas neste Decreto serão aplicadas independentemente das multas.

Art. 14 O descumprimento de qualquer preceito estabelecido na legislação de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente, para os quais não haja cominação específica, será penalizado com multa.

Art. 15 As operações de fiscalização ambiental, dentro do território municipal, deverão ser realizadas, sempre que possível, por equipe mínima composta por 02 (dois) agentes, sejam eles servidores municipais ou de Órgãos Ambientais, Estadual ou Federal.

Art. 16 A Guarda Ambiental Municipal poderá atuar em ação fiscalizatória, de acordo com o preconizado no Plano da Guarda Ambiental devidamente regulamentado pelo Chefe do Poder Executivo. O registro dos fatos será realizado em formulário específico, cujo tramite terá prosseguimento junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 17 Serão utilizados, para procedimentos administrativos vinculados as infrações ambientais, os seguintes formulários constantes no anexo deste Decreto:

I Auto de Constatação, abrange as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa Simples;
- c) Multa Diária;
- d) Apreensão;
- e) Restritiva de Direitos;
- f) Embargo de Obra ou Atividade;
- g) Suspensão Parcial ou Total das Atividades;
- h) Destruição ou Inutilização do Produto;
- i) Interdição do Estabelecimento; e
- j) Suspensão de Venda e Fabricação do Produto.

II Notificação;

III Auto de Infração;

IV Relatório de Vistoria;

V Termos Administrativos, abrange as seguintes penalidades:

- a) Termo de Apreensão (TA);
- b) Termo de Demolição (TD);
- c) Termo de Destruição ou Inutilização (TDI);
- d) Termo de Destinação (TDS);
- e) Termo de Devolução (TDV);
- f) Termo de Guarda ou de Depósito (TGP);
- g) Termo de Soltura (TS).

VI Autos de Medidas Cautelares, abrange as seguintes penalidades:

- a) Auto de Interdição Cautelar de Estabelecimento (AICE);
- b) Auto de Suspensão Parcial ou Total de Atividades (ASPTA);
- c) Auto de Suspensão de Venda e Fabricação de Produto (ASVFP);
- d) Auto de Embargo Cautelar de Obra (AECO);
- e) Auto de Apreensão Cautelar (AAC).

VII Termo de Doação de Produtos Perecíveis;

VIII Ficha de Atenuantes e Agravantes;

IX Nota de Débito.

CAPÍTULO II
DAAUTUAÇÃO

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 18 Constatada a ocorrência de infração administrativa ambiental, será lavrado Auto de Infração, assegurados ao autuado o contraditório e a ampla defesa em até 15 (quinze) dias após o recebimento do Auto.

Parágrafo Único Auto de Infração é o documento lavrado em formulário próprio por meio do qual o Fiscal Ambiental registra, formaliza e certifica a prática de infração administrativa ambiental, aplicando, quando necessário, medidas administrativas cautelares, e indicando as sanções administrativas aplicáveis à espécie;

Art. 19 O Auto de Infração, que será lavrado em formulário próprio por Fiscal Ambiental, deverá conter:

- I Nome, matrícula funcional;
- II Identificação do atuado;
- III Descrição clara e inequívoca da irregularidade constatada;
- IV Data, hora e local da infração, quando possível sua constatação;
- V Dia e hora da autuação;
- VI Descrição das medidas administrativas cautelares aplicadas;
- VII Indicação dos dispositivos infringidos, das sanções aplicáveis e do valor da multa, se for o caso.
- VIII Os dispositivos infringidos deverão conter as coordenadas geográficas da infração e se for uma área a ser embargada, deverá constar a poligonal dessa área.

Parágrafo Único O Auto de Infração deverá ser lavrado, de forma individualizada, para ou responsável ou responsáveis pela infração.

Art. 20 São autoridades competentes para lavrar os Autos, Termos e demais documentos pertinentes a ação de fiscalização, os Fiscais Ambientais designados para tal fim, nos termos da legislação pertinente.

§ 1º A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, observado o processo administrativo previsto nesta lei, sob pena de co-responsabilidade.

§ 2º Qualquer pessoa, constatando infração ambiental, poderá provocar a atuação das autoridades responsáveis pelo controle e fiscalização ambientais, por meio de denúncias formais aos respectivos Órgãos, para efeito do exercício de seu poder de polícia administrativa.

Art. 21 Os documentos lavrados pelos agentes atuantes seguirão mediante processos administrativos próprios.

Parágrafo Único O Auto de Constatação conterá:

- I Identificação do infrator;
- II Local, data e hora da infração;
- III Descrição da infração ou infrações e a menção do (s) dispositivo (s) legal (s) transgredidos;
- IV Penalidade (s) a que está sujeito o infrator e o (s) respectivo (s) preceito (s) legal (s) que autoriza a sua imposição; e
- V Assinatura da autoridade responsável.

Art. 22 O Auto de Infração poderá ser lavrado com base no Auto de Constatação e nos demais elementos do processo, pelo fiscal ambiental de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo Único O auto processual, conterá:

- I Valor e o prazo para o recolhimento da multa;
- II Prazo para interposição da impugnação;
- III Todas as provas, informações e dados hábeis à adequada instrução do processo, necessários à tomada de decisão, trazidos pela administração e/ou pelo interessado.

Art. 23 Havendo incerteza sobre autoria, responsabilidade ou algum elemento que componha a materialidade da infração, o Fiscal ou Agente Ambiental poderá notificar o responsável a apresentar informações ou documentos ou, ainda, a adotar providências pertinentes à proteção do meio ambiente.

Parágrafo Único Notificação é o instrumento administrativo que visa dar ciência ao infrator das providências a serem tomadas, esclarecer determinado fato que possa constituir como infração ambiental, tratando-se de uma comunicação formal que, em princípio, não acarreta aplicação de sanção administrativa ou medida cautelar, desde que atendidas dentro do prazo estipulado.

Art. 24 Atendida a Notificação, as providências dela decorrentes deverão ser homologadas pelo Fiscal Ambiental.

Parágrafo Único Se da Notificação decorrer a lavratura de Auto de Infração, fica dispensado o procedimento previsto no caput, hipótese em que deverá ser observado o procedimento previsto no art. 161, da Lei Municipal nº 1.352, de 04/03/10, devendo a notificação compor o Processo do Auto de Infração que dela decorrer.

Seção II

Da Intimação da Lavratura de Auto de Infração

Art. 25 Observados os critérios estabelecidos nesta Seção, o autuado poderá ser comunicado da lavratura do Auto de Infração das seguintes formas:

- I Pessoalmente;
- II Por seu representante legal;
- III Por carta registrada com aviso de recebimento; e
- IV Por edital.

Parágrafo Único Caracterizada a ciência do autuado quanto ao Auto de Infração, dar-se-á início a contagem do prazo para apresentação de defesa.

Art. 26 A recusa do autuado ou preposto em assinar ou receber o Auto de Infração deverá ser certificada no verso do documento pelo agente atuante e corroborada por 02 (duas) outras testemunhas, que poderão ser ou não servidores da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Parágrafo Único A certidão de recusa caracteriza a ciência do autuado quanto ao Auto de Infração e dá início à contagem do prazo para apresentação de defesa.

Art. 27 No caso de ausência do autuado ou preposto no local da lavratura do Auto de Infração e conhecido o seu endereço ou localização, poderá ser realizada a entrega pessoal ou o envio dos documentos por via postal com aviso de recebimento.

§ 1º Caso a intimação por via postal seja devolvida com a indicação de que a entrega não foi possível, o setor responsável, nesta ordem:

§ 2º Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Art. 19 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital.

Art. 20 Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

Art. 21 Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

§ 1º A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

§ 2º Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

§ 3º A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Decreto.

§ 4º Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

Art. 22 A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

§ 2º O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

§ 3º A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

§ 4º As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

§ 5º O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Art. 23 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

Art. 24 Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1º No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

§ 2º Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

§ 3º O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

§ 4º Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

§ 6º A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

§ 7º O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

§ 8º Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

§ 9º A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 10º. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

§ 11º. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

Art. 25 Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

§ 1º A habilitação dos licitantes será verificada por meio do cadastro realizado pelo provedor do sistema utilizado para o certame, nos documentos por ele abrangidos, quando dos procedimentos licitatórios realizados por órgãos integrantes da Administração Pública Municipal.

§ 2º Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no cadastro, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, deverão ser apresentados inclusive via e-mail ou correspondências, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

§ 3º Os documentos e anexos exigidos, quando remetidos via e-mail ou correspondências, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, nos prazos estabelecidos no edital.

certificado de registro cadastral que atenda aos requisitos previstos na legislação geral.

Art. 15 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil.

Art. 16 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidos:

I - comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa-líder, que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será a representante das consorciadas perante o Município;

II - apresentação da documentação de habilitação especificada no instrumento convocatório por empresa consorciada;

III - comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida no edital;

IV - demonstração, por empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital, para fins de qualificação econômico-financeira;

V - responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

VI - obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no inciso I; e

VII - constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato.

Parágrafo único. Fica impedida a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

Art. 17 A fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso, observados os valores estimados para contratação e os meios de divulgação a seguir indicados:

I - a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em função dos seguintes limites:

a. Através de aviso publicado no Jornal Oficial do Município e/ou em meio eletrônico, no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu - www.casimirodeabreu.rj.gov.br/ www.comprascasimiro.com.br, para aquisições de bens ou serviços comuns de valores estimados até R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais);

b. Através de aviso publicado no Jornal Oficial do Município e/ou em meio eletrônico, no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu - www.casimirodeabreu.rj.gov.br/ www.comprascasimiro.com.br, e no jornal de grande circulação local ou regional para aquisições de bens ou serviços comuns de valores estimados até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais);

c. Através de aviso publicado no Jornal Oficial do Município e/ou em meio eletrônico, no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu - www.casimirodeabreu.rj.gov.br/

www.comprascasimiro.com.br, e no jornal de grande circulação regional ou nacional para aquisições de bens ou serviços comuns de valores estimados acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).

II - do aviso constarão, de forma resumida, a definição do objeto da licitação, a indicação de que o Pregão será no modo eletrônico, seu endereço, data e hora de sua realização, o local, ficando facultada a divulgação do valor estimado pela Administração;

III - o edital esclarecerá as regras do certame, devendo conter a definição precisa, suficiente e clara do objeto, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções para inadimplemento, a indicação do local, dia e hora de realização da sessão pública do Pregão e orientações para participação de micro e pequenas empresas;

IV - todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário oficial de Brasília - DF;

V - a íntegra do edital deverá estar disponibilizada para retirada ONLINE e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu/RJ, podendo ser enviado através de e-mail, fax ou in loco, a qualquer cidadão, desde que munido de identificação como pessoa jurídica / física, independentemente do valor estimado da contratação;

VI - o edital fixará prazo não inferior a 08 (oito) dias úteis contados da publicação do aviso, para a apresentação das propostas;

VII - o prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no instrumento convocatório.

Parágrafo único Observadas as restrições contidas no artigo 49 da Lei Complementar federal 123, de 2006:

I - As contratações de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinadas à participação de microempresas e empresas de pequeno porte instaladas no Município e região;

II - Em pregões realizados para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível será destinada cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto licitado para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte instaladas no Município ou região, observado que:

a. A reserva de cota não impedirá a contratação das microempresas ou empresas de pequeno porte pela totalidade do objeto;

b. O instrumento convocatório deverá prever que, não havendo vencedor para a cota reservada, esta será adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado;

c. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação da cota reservada ocorrerá pelo preço da cota principal, caso este tenha sido menor do que o obtido na cota reservada.

Art. 18. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.

§ 1º Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

I Buscará atualizar o endereço e, constatando sua alteração, promoverá nova intimação; e

II Caso novamente frustrada a tentativa de intimação por via postal, intimará o autuado por meio de edital.

§ 2º Quando o serviço postal indicar a recusa no recebimento por 02 (duas) vezes, o autuado será considerado intimado, após publicação por meio de edital.

Art. 28 A intimação poderá ser feita no endereço do advogado regularmente constituído nos autos do processo.

Art. 29 O Termo de Destinação Sumária deverá conter, no mínimo:

I Nome e matrícula funcional da autoridade responsável pela destinação;

II Identificação do destinatário;

III Indicação do auto de infração originário;

IV Data e hora da lavratura do termo;

V Descrição clara dos bens e de suas condições;

VI Identificação do local onde ocorreu a soltura dos animais, se for o caso;

VII Valor dos bens destinados; e

VIII Valor pelo qual os bens foram vendidos, se for o caso;

Parágrafo Único O Termo a que se refere o caput será lavrado em 04 (quatro) vias e utilizado na soltura de animais em seu habitat, na doação e na venda de bens apreendidos em decorrência de medida administrativa cautelar, observadas, no que couber, as disposições previstas na Seção III deste Capítulo.

Art. 30 Termo de Guarda ou Depósito é o documento por meio do qual o fiscal ambiental registra, formaliza e certifica a guarda, pela própria Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ou sua entrega a fiel depositário, até o julgamento do auto de infração, de bens objeto de medida administrativa cautelar de apreensão;

Art. 31 O Termo de Guarda ou Depósito deverá conter, no mínimo:

I Em se tratando de guarda:

a) Local responsável pela guarda dos bens;

b) Data e hora da lavratura;

c) Descrição clara dos bens e de suas condições; e

d) Indicação e descrição do local e das condições de armazenamento e valor dos bens.

II Em se tratando de depósito:

a) Nome, matrícula funcional e assinatura da autoridade responsável pela entrega;

b) Identificação do responsável;

c) Indicação do auto de infração originário;

d) Descrição clara dos bens e de suas condições;

e) Indicação e descrição do local do depósito e das condições de armazenamento; e

f) Valor dos bens depositados.

Parágrafo Único O Termo a que se refere o caput será lavrado em 04 (quatro) vias e utilizado para formalizar a guarda pelo Poder Público ou a entrega a fiel depositário, até o julgamento do Auto de Infração, de bens objeto de medida administrativa cautelar de apreensão, observadas, no que couber, as disposições previstas na Seção III deste Capítulo.

Art. 32 No caso de evasão do infrator ou impossibilidade de encontrá-lo no ato da fiscalização, tal circunstância, assim como todas as

informações capazes de facilitar sua identificação futura, será consignada no Relatório de Vistoria, devendo o agente autuante, se for o caso, proceder à apreensão dos produtos e instrumentos da prática ilícita, ao embargo da área ou da atividade irregular e à aplicação das demais medidas administrativas cautelares pertinentes.

Art. 33 Relatório de Vistoria: é o documento de natureza instrutória por meio do qual o agente de fiscalização relata de forma circunstanciada a ação fiscalizatória com informações e fatos complementares, registros fotográficos ou vídeo, mapas, documentos adicionais, dentre outros subsídios importantes para a elucidação dos fatos.

Art. 34 O agente de fiscalização deverá elaborar Relatório de Vistoria, documento no qual será relatada de forma circunstanciada e objetiva a ação fiscalizatória com informações e fatos complementares, registros fotográficos ou em vídeo, mapas, documentos adicionais, dentre outros subsídios importantes para a elucidação dos fatos.

Parágrafo Único O Relatório de Vistoria acompanhará o Auto de Infração.

Art. 35 Compete ao agente de fiscalização entregar no prazo máximo de 15 (quinze) dias, salvo justificada impossibilidade, documentos lavrados ou elaborados oriundos das ações de fiscalização para registro e trâmites processuais.

Seção III Das Medidas Administrativas Cautelares

Subseção I Da Apreensão e de seus Conseqüências

Art. 36 Os animais, produtos, subprodutos, instrumentos, petrechos e veículos de qualquer natureza utilizados na infração serão objeto de medida administrativa cautelar de apreensão, salvo impossibilidade justificada.

§ 1º Em caso de apreensão, o Auto de Infração deverá indicar com exatidão os bens apreendidos, suas características intrínsecas e seus valores pecuniários, caso sejam mensuráveis.

§ 2º No ato da fiscalização, o agente deverá isolar e individualizar os bens apreendidos, fazendo referência a lacres ou marcações, além de descrever características, condições de armazenamento, detalhes, estado de conservação e outros elementos que os distingam, preferencialmente mediante registro fotográfico.

Art. 37 Os bens e animais objeto de medida administrativa cautelar de apreensão deverão ficar sob a guarda da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, podendo, excepcionalmente, ser confiados à fiel depositário até o julgamento do processo administrativo, ressalvadas as hipóteses do art. 41, deste Decreto.

§ 1º A guarda pela própria Secretaria de que trata o caput deste artigo ou o depósito dos bens apreendidos serão formalizados por meio do Termo de Guarda ou Depósito, o qual, além de conter as informações descritas no art. 31, deverá, preferencialmente, ser acompanhado de registro fotográfico dos bens e do local de armazenamento.

§ 2º A entrega de bens apreendidos a fiel depositário deverá ser justificada pela autoridade responsável pela decisão.

§ 3º Em caso de recusa ou impossibilidade de nomeação de depositário, não sendo possível a retirada dos bens apreendidos, o agente autuante intimará o proprietário ou ocupante do local e os demais presentes, por meio de Notificação, para que se abstenham de remover ou alterar a situação dos bens até que estes sejam postos sob a guarda da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, confiados em depósito ou destinados.

Art. 38 O depósito de bens apreendidos deverá ser confiado à pessoa física ou a Órgãos e entidades de caráter ambiental, beneficente, científico, cultural, educacional, hospitalar, penal e militar.

§ 1º Excepcionalmente, o depósito poderá ser confiado ao próprio autuado, desde que a posse dos bens ou animais não traga risco de utilização em novas infrações.

§ 2º O encargo de depósito deverá ser expressamente aceito e pessoalmente recebido.

§ 3º Os bens confiados em depósito não poderão ser utilizados pelos depositários, salvo quando aprovado pela Comissão, o uso de forma lícita.

§ 4º Os Órgãos ou entidades públicas que se encontrarem sob a condição de depositários serão preferencialmente contemplados caso a destinação do bem seja a doação.

Art. 39 A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável enquanto o processo estiver em suas respectivas alçadas, poderá, caso as circunstâncias assim recomendem, alterar a guarda, substituir o depositário ou revogar o depósito.

Art. 40 Na mensuração do valor do bem apreendido considerar-se-á o valor de mercado, aferido de qualquer meio que divulgue a comercialização de bens de mesma natureza, tais como jornais, sítios de internet, informações obtidas junto a estabelecimentos comerciais, dentre outros.

Parágrafo Único Na impossibilidade de mensuração do valor do bem no ato da apreensão, a avaliação deverá ocorrer na primeira oportunidade em que for possível encontra-lo, hipótese em que o autuado, caso já tenha oferecido defesa, poderá manifestar-se sobre o valor aferido até a apresentação das alegações finais.

Art. 41 O Órgão Ambiental, mediante decisão fundamentada em que se demonstre a existência de interesse público relevante, poderá, enquanto o Auto de Infração estiver em suas respectivas alçadas, autorizar o uso do bem apreendido nas hipóteses em que não haja outro meio disponível para a consecução da respectiva ação fiscalizatória.

Parágrafo Único Os veículos de qualquer natureza que forem objeto de apreensão poderão ser utilizados pela administração ambiental para fazer o deslocamento do material apreendido até local adequado ou para promover a recomposição do dano ambiental.

Art. 42 Os animais da fauna silvestre serão libertados em seu habitat mediante avaliação de um técnico habilitado ou doados a jardins zoológicos, fundações, entidades de caráter científico, centros de triagem, criadouros regulares, entidades assemelhadas e pessoa física, desde que respeitada a legislação vigente.

§ 1º Para a soltura dos animais ou sua doação a instituições com capacidade técnica para recebê-los, o Termo de Destinação

Sumária deverá conter a descrição dos espécimes, com no mínimo quantidade e espécie, bem como, descrição do seu estado físico.

§ 2º No caso de soltura dos animais em seu habitat, acompanhará o Termo de Destinação Sumária e Laudo Técnico que ateste o estado brávio e a boa condição física dos espécimes e a viabilidade ambiental do local pretendido, elaborado por qualquer profissional habilitado, servidor público ou não, que assumirá a responsabilidade técnica pelas informações prestadas.

§ 3º A soltura de animais em Unidade de Conservação ou sua Zona de Amortecimento em momento posterior à apreensão fica condicionada à autorização do responsável pela Unidade, com base no Plano de Manejo da referida Unidade.

§ 4º O Laudo Técnico e a Autorização de que tratam os § 2º e § 3º poderão ser dispensados quando os animais forem apreendidos logo após sua captura na natureza e for constatado seu bom estado de saúde, o que deverá ser expressamente consignado no Termo de Destinação Sumária.

Art. 43 A venda de animais domésticos apreendidos em decorrência de Medida Administrativa Cautelar de Apreensão observará o procedimento do leilão disposto na Lei nº 8.666, de 21/06/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Parágrafo Único A venda de que trata este artigo será precedida de avaliação e decisão motivada da autoridade competente que conclua pela sua viabilidade econômica e operacional à luz da natureza e do risco de perecimento dos animais.

Art. 44 Os bens apreendidos que estejam sob a guarda do Poder Público ou confiados em depósito poderão, por decisão motivada pelo Órgão Ambiental competente, enquanto o processo estiver em suas respectivas alçadas, ser objeto de destruição ou inutilização desde que:

I A mudança do local de armazenamento ou a substituição do depósito não puderem obstar o risco de perecimento ou forem inexecutáveis;
II As demais modalidades de destinação sumária previstas nesta Subseção forem inviáveis; e
III Sua subsistência representar risco de grave lesão ao meio ambiente, à ordem administrativa, à saúde pública, à segurança da população e dos agentes públicos envolvidos ou aos cofres públicos.

Subseção II Do Embargo

Art. 45 Em caso de Medida Administrativa Cautelar de Embargo, o Auto de Infração deverá conter a delimitação da área ou local embargado, mediante a indicação de suas coordenadas geográficas, e a descrição das atividades a serem paralisadas.

Parágrafo Único Quando houver embargo de área, deverá ser anexada ao Auto de Infração a poligonal georreferenciada da extensão embargada.

Art. 46 O embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas têm por objetivo impedir a continuidade do dano ambiental, propiciar a regeneração do meio ambiente e dar viabilidade à recuperação da área degradada, devendo restringir-se exclusivamente ao local onde se verificou a prática do ilícito.

especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização;

II - aprovação do termo de referência pela autoridade competente;

III - apresentação de justificativa da necessidade da contratação;

IV - elaboração do edital, estabelecendo critérios de aceitação das propostas;

V - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, inclusive no que se refere aos prazos e às condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração; e

VI - designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.

§ 1º A autoridade competente motivará os atos especificados nos incisos II e III, indicando os elementos técnicos fundamentais que o apóiam, bem como quanto aos elementos contidos no orçamento estimativo e no cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso, elaborados pela administração.

§ 2º O termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

Art. 10 As designações do pregoeiro e da equipe de apoio devem recair nos servidores do órgão ou entidade promotora da licitação.

§ 1º A equipe de apoio deverá ser integrada, em sua maioria, por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração pública, pertencentes, preferencialmente, ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora da licitação.

§ 2º A designação do pregoeiro, a critério da autoridade competente, poderá ocorrer para período de um ano, admitindo-se reconduções, ou para licitação específica.

§ 3º Somente poderá exercer a função de pregoeiro o servidor que reúna qualificação profissional e perfil adequados, aferidos pela autoridade competente.

Art. 11 Caberá ao pregoeiro, em especial:

I - coordenar o processo licitatório;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;

III - conduzir a sessão pública na internet;

IV - verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

V - dirigir a etapa de lances;

VI - verificar e julgar as condições de habilitação;

VII - receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII - indicar o vencedor do certame;

IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

Art. 12 Caberá à equipe de apoio, dentre outras atribuições, auxiliar o pregoeiro em todas as fases do processo licitatório.

Art. 13 Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

I - credenciar-se no sistema para certames promovidos por órgãos da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional, e de órgão ou entidade dos demais Poderes, no âmbito da União, Estados, Distrito Municipal e Municípios, que tenham celebrado termo de adesão;

II - remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos;

III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

IV - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

V - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

VI - utilizar-se da chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

VII - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

Parágrafo único. O fornecedor descredenciado no sistema terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

Art. 14 Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

I - à habilitação jurídica;

II - à qualificação técnica;

III - à qualificação econômico-financeira;

IV - à regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, o sistema da seguridade social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

V - à regularidade fiscal perante as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso; e

VI - ao cumprimento do disposto no inciso **XXXIII do art. 7º da Constituição** e no **inciso XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993**.

Parágrafo único. A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III, IV e V deste artigo poderá ser substituída pelo registro cadastral no sistema ou, em se tratando de órgão ou entidade não abrangida pelo referido sistema, por

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N.º 538, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO USO DA ATRIBUIÇÃO LEGAIS QUE LHE CONFERE, E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002;

DECRETA:

Art. 1º A modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica, de acordo com o disposto no § 1º do art. 2º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito desta Administração Municipal, e submete-se ao regulamento estabelecido neste Decreto.

Parágrafo único. Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da administração pública municipal direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Municipal.

Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

§ 1º Consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

§ 2º Para o julgamento das propostas, serão fixados critérios objetivos que permitam aferir o menor preço, devendo ser considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital.

§ 3º O sistema referido no caput será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam condições de segurança em todas as etapas do certame.

Art. 3º Deverão ser previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio e os licitantes que participam do pregão na forma eletrônica.

§ 1º O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

§ 2º O participante deverá se credenciar junto ao sistema realizador do certame, a ser divulgado nos avisos de editais, dentro do prazo exigido em edital.

§ 3º A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o sistema.

§ 4º A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

§ 5º O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

§ 6º O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

Art. 4º Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será preferencialmente na modalidade pregão, sendo facultativa a utilização da sua forma eletrônica.

Art. 5º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Art. 6º A licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, não se aplica às contratações de obras de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral.

Art. 7º Os participantes de licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Decreto, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

Art. 8º À autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou estatuto do órgão ou da entidade, cabe:

I - designar e solicitar, junto ao provedor do sistema, o credenciamento do pregoeiro e dos componentes da equipe de apoio;

II - indicar o provedor do sistema;

III - determinar a abertura do processo licitatório;

IV - decidir os recursos contra atos do pregoeiro quando este mantiver sua decisão;

V - adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;

VI - homologar o resultado da licitação; e

VII - celebrar o contrato.

Art. 9º Na fase preparatória do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

I - elaboração de termo de referência pelo órgão requisitante, com indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas

§ 1º Quando o autuado, no mesmo local, realizar atividades regulares e irregulares, o embargo limitar-se-á àquelas irregulares, salvo quando houver impossibilidade de dissociação ou risco de continuidade infracional.

§ 2º Constatada a existência de desmatamento ou queimada irregulares, o agente de fiscalização aplicará Medida Administrativa Cautelar de Embargo sobre quaisquer obras ou atividades existentes na área objeto da infração, com exceção das atividades de subsistência.

Art. 47 Nos casos em que o responsável pela infração administrativa ou o detentor do imóvel onde foi praticada a infração for indeterminado, desconhecido ou possuir domicílio indefinido, o agente de fiscalização adotará as providências necessárias para que o extrato da Medida Administrativa Cautelar de Embargo seja publicado no Jornal Oficial do Município.

§ 1º A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, subsidiariamente adotará as medidas necessárias à divulgação, em setor específico no sítio da Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu na Internet, dos dados do imóvel rural, da área ou local embargado e do respectivo titular em lista oficial, resguardados os dados protegidos por legislação específica, especificando o exato local da área embargada e informando se o Auto de Infração encontra-se julgado ou pendente de julgamento.

§ 2º A pedido do interessado, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável emitirá Certidão que ateste a atividade, a obra e a parte da área do imóvel que são objeto do embargo, conforme o caso.

Art. 48 A Medida Cautelar de Embargo será levantada pela autoridade competente:

I Mediante a apresentação, por parte do interessado, de documentos que certifiquem a legalidade e regularidade da atividade realizada na área embargada;

II Após a realização de vistoria por meio da qual seja demonstrada a insubsistência do fato que a motivou; e

III Caso sua aplicação tenha sido motivada pela ausência de autorização para o licenciamento, mediante laudo técnico elaborado ou corroborado por equipe da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável que demonstre a inexistência de risco para os recursos naturais.

Art. 49 Verificado o descumprimento ou a violação do embargo, o Fiscal Ambiental autuará o infrator pela prática do ilícito previsto no art. 79, do Decreto 6.514, de 22/07/08, e aplicará as Medidas Administrativas Cautelares pertinentes, devendo, ainda, comunicar o ocorrido ao Órgão competente do Ministério Público no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

Parágrafo Único O novo Auto de Infração será objeto de processo administrativo próprio, o qual deverá ser relacionado ao processo originário nos sistemas corporativos.

Art. 50 A penalidade de embargo, desfazimento ou demolição poderá ser imposta no caso de obras ou construções feitas sem Licença Ambiental pertinente ou em desacordo desta.

Parágrafo Único Ao ser aplicada a penalidade de desfazimento ou demolição subsiste ao infrator a obrigação de remoção dos entulhos.

Subseção III Da Destruição ou Inutilização

Art. 51 Os produtos, inclusive madeiras, subprodutos e instrumentos utilizados na prática da infração poderão ser objeto de medida administrativa cautelar de destruição ou inutilização quando:

I A medida que for necessária para evitar o seu uso e aproveitamento indevidos nas situações em que o transporte, guarda ou depósito forem inviáveis em face das circunstâncias;

II Possam expor o meio ambiente a riscos significativos ou comprometer a segurança da população e dos agentes públicos envolvidos na fiscalização; ou

III A própria natureza do bem impossibilitar sua utilização para fins lícitos.

§ 1º Na hipótese do caput, o agente de fiscalização descreverá detalhadamente os produtos, subprodutos ou instrumentos utilizados na prática da infração, registrando-os em meio fotográfico, e aferirá seus valores pecuniários, quando mensuráveis.

§ 2º As circunstâncias que derem destino à destruição ou inutilização serão expressamente certificadas pelo agente de fiscalização e corroboradas por pelo menos 02 (dois) outros componentes da equipe de fiscalização ou servidores da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que figurarão como testemunhas.

§ 3º Na aferição do valor dos produtos, subprodutos ou instrumentos a seres destruídos ou inutilizados, serão levados em consideração os seus valores de mercado, colhidos em qualquer meio que divulgue a comercialização de bens de mesma natureza, tais como classificados de jornais, sítios de comercialização na Internet, informações obtidas junto a estabelecimentos comerciais, dentre outros.

Subseção IV Da Demolição

Art. 52 No ato de fiscalização, o agente de fiscalização poderá, excepcionalmente, aplicar Medida Administrativa Cautelar de Demolição de Obra, edificação ou construção não habitada e utilizada diretamente para a infração ambiental, nos casos em que se constatar que a ausência da demolição importará em iminente risco de agravamento do dano ambiental ou que possibilite graves riscos à saúde.

§ 1º A demolição, que poderá ser executada pelo infrator, pelo Poder Público ou por terceiro autorizado, deverá ser detalhadamente descrita, registrada em meio fotográfico e ter seus custos devidamente mensurados e documentados.

§ 2º As despesas para a realização da demolição correrão à custa do infrator.

§ 3º As circunstâncias que derem causa à demolição serão expressamente certificadas pelo agente de fiscalização e corroboradas por pelo menos 02 (dois) outros componentes da equipe de fiscalização ou servidores da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que figurarão como testemunhas.

§ 4º Construção não habitada é toda edificação que não sirva como única residência para quem a ocupe.

Subseção V

Das Demais Medidas Administrativas Cautelares

Art. 53 A Medida Administrativa Cautelar de Suspensão de Venda ou Fabricação de Produto visa evitar a colocação no mercado de produtos e subprodutos oriundos de infração administrativa ao meio ambiente ou que tenha como objetivo interromper o uso contínuo de matéria-prima e subprodutos de origem ilegal.

Art. 54 A Medida Administrativa Cautelar de Suspensão Parcial ou Total de Atividades constitui medida que visa impedir a continuidade de processos produtivos em desacordo com a legislação ambiental.

Art. 55 Na hipótese de aplicação das medidas administrativas previstas nesta Subseção, o Auto de Infração deverá conter a descrição das atividades efetivamente suspensas ou dos produtos ou subprodutos cuja venda ou fabricação serão sustadas.

Art. 56 As Medidas Administrativas Cautelares previstas nesta Subseção só deverão ser adotadas quando as demais medidas aplicáveis não forem suficientes para que os objetivos descritos nos artigos 52 e 53 deste Decreto, sejam alcançados.

Art. 57 A penalidade de Interdição Parcial, Total, Temporária ou Definitiva, será imposta nos casos de perigo iminente à saúde pública e ao meio ambiente ou a critério da autoridade competente, nos casos de infração continuada e reincidência.

§ 1º A autoridade ambiental poderá impor a penalidade de Interdição Total, ou Parcial e, Temporária ou Definitiva, desde que constatada a infração, objetivando a recuperação e regeneração do ambiente degradado.

§ 2º A imposição da penalidade de Interdição Definitiva importa na cassação automática da licença, autorização ou permissão e, a de interdição temporária na suspensão destas.

Seção IV

Da Imposição e Gradação da Sanção

Art. 58 Para imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente observará:

I A gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e o meio ambiente;

II Os antecedentes do infrator, quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental;

III A situação econômica do infrator;

IV As circunstâncias atenuantes e agravantes.

Art. 59 São circunstâncias que sempre atenuam a penalidade:

I Arrependimento eficaz do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa da degradação ambiental, em conformidade com normas, critérios e especificações determinadas em regulamento pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

II O infrator não ser reincidente;

III A comunicação prévia pelo infrator, do perigo iminente de degradação ambiental;

IV O baixo grau de instrução ou escolaridade do infrator ou menor grau de compreensão;

V A reparação espontânea do dano, ou limitação significativa da degradação ambiental causada;

VI Colaboração com os agentes e os técnicos encarregados da fiscalização, vigilância e do controle ambiental;

VII Ter o infrator promovido ou estar promovendo programas de educação ambiental em conformidade com a política estadual de educação ambiental;

VIII Ter o infrator implementado, ou estar implementando, planos e programas voluntários de gestão ambiental, visando à melhoria contínua e o aprimoramento ambiental, segundo diretrizes formuladas por entidades certificadoras reconhecidas no Brasil.

Art. 60 São circunstâncias que sempre agravam a penalidade, quando não constituem ou qualificam a infração:

I Cometer o infrator reincidência específica, ou infração de forma continuada;

II Ausência de comunicação, pelo infrator, do perigo iminente de degradação ambiental ou de sua ocorrência à autoridade ambiental;

III Ter o infrator cometido o ilícito:

a) Para obter vantagem pecuniária ou outro motivo torpe;

b) Coagindo outrem para a execução material da infração;

c) Afetando ou expondo a perigo, de maneira grave, a saúde pública ou o meio ambiente;

d) Causando danos à propriedade alheia;

e) Atingindo áreas de unidades de conservação ou áreas sujeitas, por ato do Poder Público, a regime especial de uso;

f) Atingindo áreas urbanas ou quaisquer assentamentos humanos;

g) Em período de defeso da fauna ou atingindo espécies raras, endêmicas, ameaçadas ou em perigo de extinção, listadas em relatórios oficiais das autoridades competentes, ou ainda, empregar métodos cruéis para abate ou captura de animais;

h) Em finais de semana e feriados;

i) À noite;

j) Em épocas de secas ou inundações ou ainda em quaisquer assentamentos humanos;

k) Se a infração atingir áreas, zonas ou no interior do espaço territorial especialmente protegido neste código ou em leis federais ou estaduais;

l) Mediante fraude ou abuso de confiança;

m) Mediante fraude, abuso do direito de licença, permissão ou autorização ambiental;

n) No interesse de pessoa jurídica mantida, total ou parcialmente, por verbas públicas ou beneficiada por incentivos fiscais;

o) Atingindo espécies ameaçadas, listadas em relatórios oficiais das autoridades competentes;

p) Facilitada por funcionário público no exercício de suas funções.

q) Deixar o infrator de tomar as providências ao seu alcance, quando tiver conhecimento do ato lesivo ao meio ambiente;

r) Ter o infrator agido com dolo;

s) Impedir ou causar dificuldades ou embaraço à fiscalização;

t) Ter o infrator iniciado obra ou atividade em desrespeito às determinações da licença ambiental.

u) Com o emprego de métodos cruéis para abate ou captura de animais.

§ 1º A ocorrência da circunstância agravante, prevista no inciso II deste artigo, implicará imposição de multa, no mínimo, equivalente a 1/3 (um terço) do valor máximo previsto para a infração.

§ 2º A imposição de multa, na forma prevista no parágrafo anterior, poderá ser atenuada, nos casos de infração cometida por pessoa física, microempresa ou empresa de pequeno porte, que não tenha atuado com dolo e que não seja reincidente na prática de infrações administrativas.

ANEXO ÚNICO - APURAÇÃO DE SUPERAVIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO FINDO DE 2014

RESULTADO 1: BASE: BALANÇO PATRIMONIAL 2014 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU

* Todas as Fontes de Recursos (ROYALTIES/ORDINÁRIOS/SUS/FUNDEB e CONVÊNIOS)

DEMONSTRAÇÃO DA DIFERENÇA ENTRE ATIVO FINANCEIRO E PASSIVO FINANCEIRO

(A)	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	(B)
	83.279.677,37	60.062.867,63	
(A - B)	DIFERENÇA	23.216.809,74	

RESULTADO 2: BASE: SALDO FINANCEIRO CONSIGNADO EM C/C EM 31/12/2014

* Fonte de Recursos - Banco do Brasil - cc: 24.199-7/ 24.900--9 e 24.882-7

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS LIVRES DE OBRIGAÇÃO

(C)	Saldo do extrato bancário em 31/12	803.781,23
(D)	Valores em trânsito a compensar...	0,00
(E)	Restos a Pagar	419.582,50
(F)	D.D.O.(Consignações a terceiros) ...	0,00
(G)	Repasse Financeiro á Transferir	0,00
(C - D - E - F - G)	Suficiência financeira em 31/12/2014	384.198,73
	Utilizado neste Decreto	342.783,11
	Disponível	41.415,62

Histórico:

(A) => Montante registrado em contas contábeis do Ativo Financeiro do Balanço Patrimonial;

(B) => Montante registrado em contas contábeis do Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial;

(C) => Montante correspondente aos saldos em contas correntes em 31/12/2014;

(D) => Montante registrado em conciliação bancária referente a Saídas não consideradas pelo banco;

(E) => O montante correspondente as obrigações inscritas em Restos a Pagar findo o exercício

de 2014 concernentes aos empenhos, registrados em conta de Restos a Pagar no Balanço

Patrimonial, vinculado aos recursos vinculados devidamente identificado;

(F) => Não ocorrência de montante correspondente as obrigações consignadas a favor de terceiros,

resultante da

execução orçamentária da despesa, registrada no Balanço Patrimonial.

(G) => Montante correspondente a transferências financeiras não realizadas no exercício de 2014

ANTÔNIO MARCOS DE LEMOS MACHADO
PREFEITO

Projeto de Lei
Anexo de Metas e Prioridades
Exercício de 2015
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	AÇÃO	PRODUTO/UNID. MEDIDA	RECURSO	META FÍSICA/FINANCEIRA
PROGRAMA: 0040: Educação de Qualidade					
OBJETIVO: Garantir e expandir programas e atividades de desenvolvimento educacional observando as faixas etárias dos alunos					
PÚBLICO: Sociedade					
Função: 12 – Educação					
Subfunção: 366 – Jovens e Adultos					
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental					
Subfunção: 365 – Educação Infantil					
Natureza da Despesa/Fonte: 4.4.90.52.99.00					
20.07.12.366.0040.1.572	– Programa Educação Jovens e Adultos	P	Equipamento adquirido/Un	0.614	119.652,11
20.07.12.361.0040.1.344	– Proinfo – Projeto	P	Equipamento adquirido/Un	0.615	216.430,60
20.07.12.361.0040.1.573	– Manutenção da Educação Infantil	P	Equipamento adquirido/Un	0.627	6.700,40

ANTÔNIO MARCOS DE LEMOS MACHADO
PREFEITO

Anexo de Metas e Prioridades
Exercício de 2015
PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ÓRGÃO: 20
UNIDADE: 07

CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO AÇÃO PRODUTO/UNID. MEDIDA RECURSO META FÍSICA/FINANCEIRA

PROGRAMA: 0040: Educação de Qualidade

OBJETIVO: Garantir e expandir programas e atividades de desenvolvimento educacional observando as faixas etárias dos alunos

PÚBLICO: Sociedade

Função - 12 Educação

Subfunção - 365 Educação Infantil

20.07.12.365.0040.1.574 – Programa Brasil Carinhoso – Gestão das Creches P Material Adquirido/mês 0.216 298.680,94

ANTONIO MARCOS DE LEMOS MACHADO
PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1.698, de 17 de junho de 2015

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento geral com vista a atender as Atividades da Secretaria de Educação abaixo relacionadas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM O INCISO II DO ARTIGO 41 E III DO § 1º DO ARTIGO 43 DA LEI 4.320/64, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI.

Art. 1º Fica aberto Crédito adicional Especial por Superávit Financeiro na importância de R\$ 342.783,11 (trezentos e quarenta e dois mil setecentos e oitenta e três reais e onze centavos), conforme abaixo;

Funcional Programática	Projetos/Atividades/Encargos Especiais	REC	Dotação	Crédito
20.07.12.366.0040.1.572	Programa Educação Jovens e Adultos	0.614	4.4.90.52.99.00	119.652,11
20.07.12.361.0040.1.344	Proinfo – Projetor	0.615	4.4.90.52.99.00	216.430,60
20.07.12.365.0040.1.573	Manutenção da Educação Infantil	0.627	4.4.90.52.99.00	6.700,40
TOTAL				342.783,11

Art. 2º O Crédito a ser aberto pelo artigo anterior é proveniente de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu exercício de 2014 de acordo com o resultado 2 em anexo.

Art. 3º As alterações constantes desta lei tornam-se incorporadas a LDO/2014 e ao PPA 2014-2017, em conformidade com a Lei nº 1.603/2013 em obediência a LC 101/2000.

Art. 4º Em decorrência desta Lei ficam alterados os quadros de detalhamento das Despesas da respectiva unidade.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO MARCOS DE LEMOS MACHADO
PREFEITO

§ 3º A reincidência observará um prazo máximo de 05 (cinco) anos entre a ocorrência de uma infração ambiental e outra.

§ 4º Nos casos de reincidência específica, a multa corresponderá ao dobro daquela imposta na infração anterior, apurada em processo específico.

Art. 61 Havendo concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a sanção será cominada em razão das que sejam preponderantes.

CAPÍTULO III DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Seção I Da Comunicação dos Autos

Art. 62 O infrator será intimado da lavratura do Auto de Infração, para ciência de decisão ou efetivação de diligência:

I Pessoalmente, por ciência no processo;
II Por via postal, com Aviso de Recebimento - AR, ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

§ 1º A intimação deverá conter:

I Identificação do intimado e nome do órgão ou entidade administrativa;
II Finalidade da intimação;
III Data, hora e local em que deve comparecer;
IV Se o intimado deve comparecer pessoalmente, ou fazer-se representar;
V Informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento;
VI Indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes;

§ 2º A intimação observará a antecedência mínima de 07 (sete) dias úteis quanto à data de comparecimento.

§ 3º A intimação será considerada efetivada caso o Aviso de Recebimento – AR, seja assinado por empregado ou preposto do infrator, ressalvados os casos em que este provar que os signatários não tinham condições de compreender a natureza da intimação ou agiram com dolo ou má fé.

§ 4º No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação será efetuada por edital, publicado no Diário Oficial Municipal, com prazo de 20 (vinte) dias.

§ 5º As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais.

Art. 63 O prazo para pagamento da multa é de 30 (trinta) dias, a contar da intimação do Auto de Infração ou do termo final fixado no Edital, publicado no Diário Oficial Municipal, conforme o caso.

Seção II Da Instrução

Art. 64 São inadmissíveis no processo administrativo as provas obtidas por meios ilícitos.

Art. 65 Quando necessária à instrução do processo, a audiência de outros Órgãos ou entidades administrativas poderá ser realizada em reunião conjunta, com a participação de titulares ou representantes

dos Órgãos competentes e de entidades da sociedade civil e da comunidade afetada, lavrando-se a respectiva ata, a ser juntada aos autos.

Parágrafo Único Designados dia, local e horário para a reunião aludida no *caput*, dela será intimada a defesa para, querendo, comparecer.

Art. 66 Cabe ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado, sem prejuízo do dever atribuído ao Órgão competente para a instrução e do disposto no art. 67 deste Decreto.

Art. 67 Quando o interessado declarar que fatos e dados estão registrados em documentos existentes na própria Administração responsável pelo processo ou em outro Órgão Administrativo, o Órgão competente para a instrução proverá, de ofício, a obtenção dos documentos ou das respectivas cópias.

Art. 68 O interessado poderá, na fase instrutória e antes da tomada da decisão, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como, aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.

§ 1º Os elementos probatórios deverão ser considerados na motivação do relatório e da decisão.

§ 2º Somente poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

Art. 69 Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, mencionando-se data, hora e local de realização.

Art. 70 Quando, por disposição de ato normativo, devam ser previamente obtidos laudos técnicos de Órgãos Administrativos e estes não cumprirem o encargo no prazo assinalado, o Órgão responsável pela instrução deverá solicitar Laudo Técnico de outro Órgão dotado de qualificação e capacidade técnica equivalentes.

Art. 71 Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, sem a prévia manifestação do interessado.

Art. 72 Nos casos que a Comissão julgar não ser competente para emitir a decisão final, essa elaborará relatório indicando o pedido inicial, o conteúdo das fases do procedimento e formulará proposta de decisão, objetivamente justificada, encaminhando o processo à Procuradoria Geral do Município, autoridade competente para tal.

Seção III Da Defesa e da Instrução Processual

Art. 73 A defesa será formulada por escrito e deverá conter os fatos e fundamentos jurídicos que contrariem o disposto no Auto de Infração e Termos que o acompanham, bem como, a especificação das provas que o autuado pretende produzir a seu favor, devidamente justificadas.

Art. 74 A defesa não será conhecida quando apresentada:

I Fora do prazo estabelecido no art.18;
II Por quem não seja legitimado; ou
III Perante Órgão ou entidade ambiental incompetente.

Art. 75 Compete a Comissão Permanente Processante de Infrações Ambientais - CPPIA decidir sobre os pedidos de produção de prova formulados pelo autuado no bojo da defesa.

§ 1º As provas requeridas na defesa deverão ser produzidas em prazo razoável a ser fixado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

§ 2º Serão indeferidos os pedidos de produção de prova desprovidos de fundamentação ou cujo deferimento não possa vir a interferir no julgamento do Auto de Infração.

§ 3º O autuado será comunicado do indeferimento previsto no parágrafo anterior por ocasião da abertura de prazo para apresentação de alegações finais, hipótese em que a intimação dar-se-á por via postal com Aviso de Recebimento – AR, ou outro meio que comprove sua ciência inequívoca.

§ 4º A decisão que indeferir a produção de provas, poderá, até o término do prazo para apresentação de alegações finais, ser objeto de impugnação, que será apreciada no julgamento do Auto de Infração.

§ 5º Em havendo pedido de produção de prova testemunhal, a apresentação das testemunhas arroladas será de responsabilidade do autuado, em dia e hora designados pela autoridade responsável pela oitiva.

Art. 76 Decorrido o prazo previsto de 20 (vinte) dias, como previsto no art. 189 da Lei Municipal nº 1.352, de 04/03/10, com ou sem a apresentação de defesa ou a comprovação de pagamento, o agente de fiscalização elaborará Parecer Instrutório.

§ 1º Parecer Instrutório é o documento de natureza instrutória que tem por objetivo caracterizar a infração, de forma objetiva, quanto à autoria, materialidade, enquadramento legal, sanções aplicáveis e demais elementos do ato infracional.

§ 2º O Parecer Instrutório referido no caput tem por objetivo caracterizar a infração no que se refere à autoria ou responsabilidade, à materialidade, aos antecedentes, ao enquadramento legal, às sanções aplicáveis e aos elementos da infração.

§ 3º Ausentes os elementos técnicos e de fato para a elaboração do Parecer Instrutório, o agente de fiscalização deverá requisitar informações, documentos ou contradita, promovendo todas as diligências necessárias para a completa instrução do processo administrativo.

§ 4º Os autos somente terão seguimento após a completa caracterização da infração, o que se dará com o completo preenchimento do Parecer Instrutório.

Art. 77 Contradita são as informações e esclarecimentos prestados pelo Fiscal ou Agente Ambiental, necessários à elucidação dos fatos que originaram o Auto de Infração, ou das razões alegadas pelo autuado.

Seção IV Da Impugnação e do Recurso

Art. 78 Contra o Auto de Infração poderá ser interposta impugnação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da ciência da autuação.

§ 1º Caso formulado pedido de produção de provas o processo será instruído na forma dos artigos 64 a 70 deste Decreto.

§ 2º Inexistindo pedido de produção de provas ou tendo sido formulado pedido manifestamente protelatório ou dispensável, o processo será remetido para decisão, na forma do art. 72 deste Decreto.

Art. 79 Da decisão que apreciar a impugnação ao Auto de Infração, poderá o infrator interpor recurso para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do dia seguinte a intimação ou do recebimento do Aviso de Recebimento - AR, nos termos do art. 62 deste Decreto, que será analisado pela Compete a Comissão Permanente Processante de Infrações Ambientais – CPPIA.

Art. 80 O recurso terá efeito suspensivo relativamente ao pagamento das multas e, quanto às demais infrações, apenas devolutivo.

Parágrafo Único A autoridade que exercer o juízo de admissibilidade do recurso, se houver pedido do recorrente, poderá, fundamentadamente, conferir efeito suspensivo ao recurso, nas hipóteses em que a execução imediata da penalidade possa acarretar dano irreparável.

Art. 81 Caso a decisão do recurso mantenha a multa, integral ou parcialmente, o infrator terá o prazo de 30 (trinta) dias para efetuar o pagamento, contados da data da publicação da decisão no Diário Oficial Municipal.

Parágrafo Único Caso o pagamento não seja efetuado no prazo acima previsto, os autos serão imediatamente remetidos à Procuradoria Geral do Município para inscrição e cobrança do débito, cujo valor será acrescido de 10% (dez por cento) de multa moratória para pagamento administrativo na Procuradoria, e de 20% (vinte por cento) para pagamento judicial.

Art. 82 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo exclui-se o dia do começo, incluindo-se o do vencimento.

Art. 83 Em qualquer fase do processo administrativo, ou antes que este seja instaurado, os agentes de fiscalização dos Órgãos Ambientais Municipais poderão impor, cautelarmente, as medidas previstas nos incisos IV, VI, VII e VIII do art. 5º deste Decreto, quando constatarem a ocorrência ou a iminência de significativo risco à saúde da população ou de degradação ambiental de difícil reparação, mediante decisão devidamente fundamentada.

§ 1º O agente de fiscalização notificará o responsável pela atividade orientando sobre as medidas a serem adotadas.

§ 2º A decisão produzirá efeito de imediato e vigorará pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

§ 3º Intimado o infrator da providência cautelar aludida, o agente de fiscalização, sob pena de infração disciplinar grave, comunicará o fato a seu superior imediato para que este dê ciência ao diretor competente da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a fim de que, fundamentadamente e no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, seja suspensa ou ratificada a medida.

Seção V Da Fase de Julgamento

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N.º 536, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Especial com vista a atender as ações no orçamento geral da Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM OS ARTIGOS 40, INCISO II DO ARTIGO 41 E INCISO II DO § 1º DO ARTIGO 43 DA LEI 4.320/64, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI;

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial na importância 298.680,94 (duzentos e noventa e oito mil seiscentos e oitenta reais e noventa e quatro centavos), no orçamento geral do Município, na Unidade Secretaria Municipal de Educação do exercício de 2015, na forma apurada no Anexo Único, parte integrante deste decreto.

Funcional Programática	Projetos / Atividades	Dotação/Recurso	Crédito
20.07.12.365.0040.1.574	Programa Brasil Carinhoso Gestão das Creches	3.3.90.30.99.00.00.216	298.680,94
TOTAL			298.680,94

Art. 2º O Crédito a ser aberto no artigo anterior é proveniente de Excesso de Arrecadação oriundos do Ministério da Educação – Programa Brasil Carinhoso Gestão das Creches, Decreto 7.507/2011.

Art. 3º As alterações constantes da Lei nº 1697 de 17 de junho de 2015, tornam-se incorporadas a LDO/2014 e ao PPA 2014-2017, em conformidade com a Lei nº 1.603/2013 em obediência a LC 101/2000.

Art. 4º Em decorrência da Lei nº 1697 de 17 de junho de 2015, ficam alterados os quadros de detalhamento das Despesas da respectiva unidade.

Art. 5º Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO MARCOS DE LEMOS MACHADO
PREFEITO

ANEXO ÚNICO

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DE APURAÇÃO EXCESSO ARRECADAÇÃO ORÇAMENTO 2015

RECURSOS: VINCULADO

Fundamentação legal: Lei Federal nº 4.320/64

Receita Categoria Econômica	Previsão Arrecadação 2015	Receita Realizada
Programa Brasil Carinhoso Gestão das Creches	0,00	298.680,94
TOTAL	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DO PROVÁVEL EXCESSO

Demonstração do excesso de arrecadação	Cálculo
Receita Arrecadada	298.680,94
Excesso de Arrecadação	298.680,94

ANTONIO MARCOS DE LEMOS MACHADO
PREFEITO

ANEXO ÚNICO - APURAÇÃO DE SUPERAVIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO FINDO DE 2014**RESULTADO 1: BASE: BALANÇO PATRIMONIAL 2014 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU**

* Todas as Fontes de Recursos (ROYALTIES/ORDINÁRIOS/SUS/FUNDEB e CONVÊNIOS)

DEMONSTRAÇÃO DA DIFERENÇA ENTRE ATIVO FINANCEIRO E PASSIVO FINANCEIRO

(A)	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	(B)
	83.279.677,37	60.062.867,63	
(A - B)	DIFERENÇA	23.216.809,74	

RESULTADO 2: BASE: SALDO FINANCEIRO CONSIGNADO EM C/C EM 31/12/2014

* Fonte de Recursos - Banco do Brasil - cc: 24.199-7/ 24.900-9 e 24.882-7

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS LIVRES DE OBRIGAÇÃO

(C) Saldo do extrato bancário em 31/12	803.781,23
(D) Valores em trânsito a compensar....	0,00
(E) Restos a Pagar	419.582,50
(F) D.D.O.(Consignações a terceiros) ...	0,00
(G) Repasse Financeiro á Transferir	0,00
(C - D - E - F - G) Suficiência financeira em 31/12/2014	384.198,73
Utilizado neste Decreto	342.783,11
Disponível	41.415,62

Histórico:

- (A) => Montante registrado em contas contábeis do Ativo Financeiro do Balanço Patrimonial;
 (B) => Montante registrado em contas contábeis do Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial;
 (C) => Montante correspondente aos saldos em contas correntes em 31/12/2014;
 (D) => Montante registrado em conciliação bancária referente a Saídas não consideradas pelo banco;
 (E) => O montante correspondente as obrigações inscritas em Restos a Pagar findo o exercício de 2014 concernentes aos empenhos, registrados em conta de Restos a Pagar no Balanço Patrimonial, vinculado aos recursos vinculados devidamente identificado;
 (F) => Não ocorrência de montante correspondente as obrigações consignadas a favor de terceiros, resultante da execução orçamentária da despesa, registrada no Balanço Patrimonial.
 (G) => Montante correspondente a transferências financeiras não realizadas no exercício de 2014

ANTÔNIO MARCOS DE LEMOS MACHADO
PREFEITO

Projeto de Lei
Anexo de Metas e Prioridades
Exercício de 2015
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	AÇÃO	PRODUTO/UNID. MEDIDA	RECURSO	META FÍSICA/FINANCEIRA
PROGRAMA: 0040: Educação de Qualidade					
OBJETIVO: Garantir e expandir programas e atividades de desenvolvimento educacional observando as faixas etárias dos alunos					
PÚBLICO: Sociedade					
Função: 12 – Educação					
Subfunção: 366 – Jovens e Adultos					
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental					
Subfunção: 365 – Educação Infantil					
Natureza da Despesa/Fonte: 4.4.90.52.99.00					
20.07.12.366.0040.1.572	– Programa Educação Jovens e Adultos	P	Equipamento adquirido/Un	0.614	119.652,11
20.07.12.361.0040.1.344	– Proinfo – Projeto	P	Equipamento adquirido/Un	0.615	216.430,60
20.07.12.361.0040.1.573	– Manutenção da Educação Infantil	P	Equipamento adquirido/Un	0.627	6.700,40

ANTÔNIO MARCOS DE LEMOS MACHADO
PREFEITO

Art. 84 Ressalvadas as hipóteses previstas nos art. 75, §3º, o autuado será intimado, mediante ato afixado na Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e publicado no sítio da Prefeitura Municipal na Internet, para que apresente, caso deseje, alegações finais no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 85 Os autos serão submetidos à apreciação da Procuradoria Geral do Município quando:

I A discussão versar sobre matéria jurídica não consolidada ou não uniformizada;

II O valor atribuído à multa for superior a 7.857,92 UFIMCA;

III Houver indicativo no parecer instrutório ou demais elementos do processo:

- De nulidade do auto de infração pela constatação de vício insanável; ou
- Da existência de vícios sanáveis;

Parágrafo Único Não serão remetidos à Procuradoria Geral do Município os processos que não tenham por objeto controvérsia jurídicas ou nos quais a defesa apresentada limite-se a alegações de desconhecimento da lei, de pobreza ou de incapacidade de pagar a multa.

Art. 86 O Auto de Infração que apresentar vício sanável poderá, a qualquer tempo, ser convalidado de ofício pela autoridade julgadora mediante despacho saneador, após o pronunciamento da Procuradoria Geral do Município junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Parágrafo Único Constatado o vício sanável, sob alegação do autuado, e desde que demonstrada a existência de prejuízo, o procedimento será anulado a partir da fase processual em que o vício foi produzido, reabrindo-se novo prazo para defesa, aproveitando-se os atos regularmente produzidos.

Art. 87 O Auto de Infração que apresentar vício insanável deverá ser declarado nulo pela autoridade julgadora, que determinará o arquivamento do processo, após o pronunciamento da Procuradoria Geral do Município junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

§ 1º Para os efeitos do *caput*, considera-se vício insanável aquele em que a correção da autuação implique modificação do fato descrito no Auto de Infração.

§ 2º Nos casos em que o Auto de Infração for declarado nulo e estiver caracterizada a conduta ou atividade lesiva ao meio ambiente, deverá ser lavrado novo Auto, observadas as regras relativas à prescrição.

§ 3º O erro no enquadramento legal da infração não implica vício insanável, e pode ser retificado por despacho saneador, podendo ser alterado pelo Secretário (a) Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável mediante decisão fundamentada que retifique o Auto de Infração.

§ 4º Cancelado ou declarado a nulidade do Auto de Infração, a autoridade julgadora deverá encaminhar ao agente autuante, para conhecimento, cópia da decisão.

Art. 88 A Comissão Permanente Processante de Infrações Ambientais – CPPIA, poderá requisitar à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ou ao agente de fiscalização, conforme o caso, as provas necessárias à formação de sua convicção, bem

como, Parecer Técnico ou Contradita, especificando o objeto a ser esclarecido.

§ 1º O Parecer Técnico deverá ser elaborado no prazo máximo de 10 (dez) dias, ressalvadas as situações devidamente justificadas.

§ 2º A Contradita deverá ser elaborada pelo agente autuante no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento do processo.

Art. 89 No caso de desmatamento ou queimadas irregulares de vegetação natural, o agente de fiscalização embargará a prática de atividades econômicas e a respectiva área danificada, excetuadas as atividades de subsistência, e executará o georeferenciamento da área embargada para fins de monitoramento cujas coordenadas geográficas deverão constar do respectivo Auto de Infração.

Art. 90 As sanções restritivas de direito aplicadas pela autoridade julgadora, em especial as de suspensão ou cancelamento de registro, licença ou autorização, terão eficácia imediata quando a competência para a prática do ato a ser suspenso ou cancelado seja do Poder Público Municipal.

§ 1º Nos casos de registros, licenças ou autorizações emitidos por outros órgãos, a autoridade instará o Órgão concedente a adotar as providências pertinentes à execução da sanção.

§ 2º No caso de recusa ou omissão do Órgão que expediu a licença ou autorização, a Procuradoria Geral do Município será instada a propor medida judicial para dar efetividade à sanção.

§ 3º As penalidades previstas neste artigo devem ser aplicadas em caráter excepcional, quando os antecedentes do infrator, a natureza ou a gravidade da infração indicar a ineficácia de outras sanções para a paralisação das atividades ilegais.

§ 4º Na hipótese de o ato ter sido expedido no âmbito da Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu, a execução da sanção fica condicionada à ratificação da autoridade que expediu o registro, licença ou autorização, caso esta seja hierarquicamente superior à autoridade julgadora.

**CAPÍTULO IV
DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS EM ESPÉCIE E DAS
PENALIDADES**

**Seção I
Das Sanções Aplicáveis às Infrações contra a Fauna**

Art. 91 Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos, introduzidos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida:

Multa de 7,86 UFIMCA por unidade, com acréscimo por exemplar excedente de:

I 7,86 UFIMCA por unidade

II 78,58 UFIMCA, por unidade de espécie constante da Lista Oficial de Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção e do Anexo I do Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES e da Legislação Estadual e Municipal pertinentes; e

III 47,15 UFIMCA, por unidade de espécie constante da Lista Oficial de Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção e do Anexo II da CITES.

§ 1º Incorre nas mesmas multas quem:

I Impede a procriação da fauna, sem licença, autorização ou em desacordo com a obtida;

II Modifica, danifica ou destrói ninho, abrigo ou criadouro natural; ou

III Vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem cativo ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente.

§ 2º No caso de guarda de espécime silvestre, pode a autoridade competente deixar de aplicar as sanções previstas neste Decreto, quando o infrator espontaneamente entregar os animais ao Órgão Ambiental competente na hora da fiscalização ou na sede do Órgão.

§ 3º São espécimes da fauna silvestre todos aqueles pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro ou em águas jurisdicionais brasileiras.

§ 4º As disposições deste artigo não se aplicam ao ato da pesca.

Art. 92 Introduzir espécime animal no Município, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida pela autoridade competente:

Multa de R\$ 31,43 UFIMCA, com acréscimo por exemplar excedente da autorização:

I 3,15 UFIMCA, por unidade;

II 78,58 UFIMCA, por unidade de espécie constante da Lista Oficial de Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção e do Anexo I da CITES; e

III 47,15 UFIMCA, por unidade de espécie constante da Lista Oficial de Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção e do Anexo II da CITES.

Art. 93 Coletar material zoológico para fins científicos sem licença especial expedida pela autoridade competente:

Multa de 3,15 UFIMCA, com acréscimos por exemplar excedente de:

I 0,78 UFIMCA, por unidade;

II 78,58 UFIMCA, por unidade de espécie constante da Lista Oficial de Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção e do Anexo I da CITES;

III 47,15 UFIMCA, por unidade de espécie constante da Lista Oficial de Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção e do Anexo II da CITES.

Parágrafo Único Incorre nas mesmas multas:

I Quem utilizar, para fins comerciais ou esportivos, as licenças especiais a que se refere este artigo; e

A instituição científica, oficial ou oficializada, que deixar de dar ciência ao Órgão Público competente das atividades dos cientistas licenciados no ano anterior.

Art. 94 Praticar caça profissional no Município:

Multa de 78,58 UFIMCA, com acréscimo por exemplar excedente de:

I 7,86 UFIMCA por unidade;

II 157,16 UFIMCA, por unidade de espécie constante da Lista Oficial de Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção e do Anexo I da CITES; e

III 78,58 UFIMCA, por unidade de espécie constante da Lista Oficial de Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção e do Anexo II da CITES.

Art. 95 Comercializar produtos e objetos que impliquem a caça, perseguição, destruição ou apanha de espécimes da fauna silvestre:

Multa de 15,71 UFIMCA, com acréscimo de 3,15 UFIMCA, por exemplar excedente.

Art. 96 Praticar ato de abuso, maus tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, exceto práticas de manejo:

Multa de 7,86 UFIMCA a 31,43 UFIMCA, com acréscimo por exemplar excedente;

I 3,15 UFIMCA, por unidade;

II 157,16 UFIMCA, por unidade de espécie constante da Lista Oficial de Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção e do Anexo I da CITES; e

III 78,58, por unidade de espécie constante da Lista Oficial de Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção e do Anexo II da CITES.

Parágrafo Único Incorre nas mesmas multas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

§ 1º Para fins desse Decreto, entende-se por maus tratos toda e qualquer ação voltada contra os animais, e que implique em crueldade, especialmente na ausência de abrigo, cuidados veterinários, alimentação necessária, excesso de peso de carga, tortura, uso de animais feridos, submissão e experiências pseudo-científicas e o que mais dispõe a legislação competente. (Decreto Federal nº 24.654, de 10 de julho de 1934, a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, de 27 de janeiro de 1978, a Lei de Crimes Ambientais nº 9605, de 12 de fevereiro de 1998, e o artigo 225, da Constituição Federal).

§ 2º Entende-se também por maus tratos, a permanência inadequada dos animais em vias públicas, que configure risco tanto para o animal, quanto para o transeunte, tais como: agressividade, zoonoses, integridade física, abandono.

§ 3º O proprietário que permitir que seu animal permaneça nas vias públicas, conforme citado no § 1º e § 2º deste artigo, incorre multa.

Multa de 1 UFIMCA a 100 UFIMCA.

Art. ---97 Criar animais domésticos em áreas urbanas para fins exclusivamente comerciais. Exceto para equinos e muarens utilizados na prestação de serviços dentro do perímetro urbano, desde que devidamente cadastrados no Órgão Municipal competente:

Multa de 100 UFIMCA a 1.000 UFIMCA.

Projeto de Lei
Anexo de Metas e Prioridades
Exercício de 2015
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA, FUNDACIONAIS E AUTARQUIAS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	AÇÃO	PRODUTO/UNID. MEDIDA	RECURSO	META FÍSICA/FINANCEIRA
PROGRAMA: 0027: Amortização do Déficit Atuarial					
OBJETIVO: Atender o Cumprimento da Lei 1.642/2014					
PÚBLICO: Governo					
Função: 28 – Encargos Especiais					
Subfunção: 846 – Outros Encargos Especiais					
Natureza da Despesa/Fonte: 3.3.91.97.00.00					
15.15.28.846.0027.3.028	- Cobertura do Déficit Atuarial – IPREV C.A	O	Obrigações Pagas/Mês	0.001	390.000,00
04.04.28.846.0027.3.028	- Cobertura do Déficit Atuarial – IPREV C.A	O	Obrigações Pagas/Mês	0.001	117.000,00
01.01.28.846.0027.3.028	- Cobertura do Déficit Atuarial – IPREV C.A	O	Obrigações Pagas/Mês	0.301	19.000,00

FINALIDADE: Custear as obrigações oriundas da Amortização de Déficit Atuarial

ANTÔNIO MARCOS DE LEMOS MACHADO
PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N.º 537, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento geral com vista a atender as Atividades da Secretaria de Educação abaixo relacionadas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM O INCISO II DO ARTIGO 41 E III DO § 1º DO ARTIGO 43 DA LEI 4.320/64, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI.

Art. 1º Fica aberto Crédito adicional Especial por Superávit Financeiro na importância de R\$ 342.783,11 (trezentos e quarenta e dois mil setecentos e oitenta e três reais e onze centavos), conforme abaixo;

Funcional Programática	Projetos/Atividades/Encargos Especiais	REC	Dotação	Crédito
20.07.12.366.0040.1.572	Programa Educação Jovens e Adultos	0.614	4.4.90.52.99.00	119.652,11
20.07.12.361.0040.1.344	Proinfo – Projetor	0.615	4.4.90.52.99.00	216.430,60
20.07.12.365.0040.1.573	Manutenção da Educação Infantil	0.627	4.4.90.52.99.00	6.700,40
TOTAL				342.783,11

Art. 2º O Crédito aberto pelo artigo anterior é proveniente de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu exercício de 2014 de acordo com o resultado 2 em anexo.

Art. 3º As alterações constantes da Lei nº 1698 de 17 de junho de 2015 tornam-se incorporadas a LDO/2014 e ao PPA 2014-2017, em conformidade com a Lei nº 1.603/2013 em obediência a LC 101/2000.

Art. 4º Em decorrência da Lei nº 1698 de 17 de junho de 2015, ficam alterados os quadros de detalhamento das Despesas da respectiva unidade.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO MARCOS DE LEMOS MACHADO
PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N.º 535, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Especial, com vista a atender a ação no orçamento geral do Fundo Municipal de Saúde, Fundação Cultural Casimiro de Abreu, IPREV-CA, Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Casimiro de Abreu, conforme abaixo:

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM O INCISO II DO ARTIGO 41 E III DO § 1º DO ARTIGO 43 DA LEI 4.320/64, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI.

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial na importância de R\$. 526.000,00 (Quinhentos e vinte e seis mil reais), nas Unidades na forma abaixo:

Fundo Municipal de Saúde e Fundação Cultural Casimiro de Abreu

Programa: 0027 – Déficit Atuarial

Operação Especial: 3.028 – Cobertura do Déficit Atuarial – IPREV C.A

Função: 28 – Encargos Especiais

Subfunção: 846 – Outros Encargos Especiais

Natureza da Despesa/Fonte: 3.3.91.97.00 – 0.001

IPREV-CA, Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Casimiro de Abreu

Programa: 0027 – Déficit Atuarial

Operação Especial: 3.028 – Cobertura do Déficit Atuarial – IPREV C.A

Função: 28 – Encargos Especiais

Subfunção: 846 – Outros Encargos Especiais

Natureza da Despesa/Fonte: 3.3.91.97.00 – 0.301

Art. 2º O Crédito aberto pelo artigo anterior é proveniente de anulação parcial de saldo das Unidades, conforme abaixo:

Funcional Programática	C.R	Projetos/Atividades/Encargos Especiais	REC	Dotação	Anulação
15.15.10.122.0072.2.008	160	Gestão das Atividades do órgão – FUNDO	0.001	3.1.91.13.02.00	390.000,00
04.04.13.122.0010.2.005	20	Contribuições Patronais – IPREV-CA	0.001	3.1.91.13.02.00	117.000,00

01.01.09.122.0010.2.005	22	Remuneração de Pessoal e Encargos	0.301	3.1.91.13.02.00	19.000,00
TOTAL					526.000,00

Art. 3º As alterações constantes da Lei nº 1696 de 17 de junho de 2015 estão de acordo com a Lei nº 1.642/14 de Projeção de rateios da Amortização do Déficit Atuarial e tornam-se incorporadas a LDO/2015 e ao PPA 2014-2017 e em conformidade com a Lei nº 1.603/2013.

Art. 4º Em decorrência da Lei nº 1696 de 17 de junho de 2015, fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas das referidas Unidades.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO MARCOS DE LEMOS MACHADO
PREFEITO

Art. 98 É de responsabilidade do proprietário, a manutenção dos animais em perfeitas condições de alojamento, alimentação, saúde, e bem-estar, bem como, as providências pertinentes à remoção dos dejetos por eles deixados nas vias públicas.

Art. 99 Usar animais feridos, enfraquecidos ou doentes, em veículo de tração animal:

Multa de 20 UFIMCA a 100 UFIMCA por unidade.

Art. 100 Realizar espetáculos ou exposições com animais da fauna silvestre, nativa ou exótica, exceto aqueles licenciados pelo órgão competente:

Multa de 100 UFIMCA a 10.000 UFIMCA por unidade.

Art. 101 Transportar, manter e expor nos logradouros públicos, dentro de estabelecimentos comerciais e residências, gaiolas e viveiros contendo pássaros da fauna silvestre brasileira, exceto aqueles registrados e provenientes de criadouros licenciados e aqueles utilizados em eventos licenciados pela autoridade competente:

Multa de 10 UFIMCA por unidade e apreensão do material, com acréscimo por exemplar excedente de:

I 200 UFIMCA, por unidade de espécie constante da Lista Oficial de Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção e do Anexo I da Convenção do Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES;

II 100 UFIMCA por unidade de espécie constante da Lista Oficial de Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção e do Anexo II da Convenção do Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES.

Art. 102 Provocar, pela emissão de efluentes ou carreamento de materiais, o perecimento de espécimes da fauna aquática existentes em rios, lagos, açudes, lagoas, baías ou águas costeiras:

Multa de 78 UFIMCA a 15.800 UFIMCA.

Parágrafo Único Incorre nas mesmas multas quem:

I Causa degradação em viveiros, açudes ou estações de abastecimento de domínio público;

II Explora campos naturais de invertebrados aquáticos e algas, sem licença, permissão ou autorização da autoridade competente; e

III Fundeia embarcações ou lança detritos de qualquer natureza sobre bancos de moluscos ou corais, devidamente demarcados em carta náutica.

Art. 103 Pescar nos períodos em que ocorrem fenômenos migratórios vinculados à reprodução em rios, água parada ou mar territorial, nos períodos de desova, ou de acasalamento, assim definidos pelo órgão ambiental competente:

Multa de 15 UFIMCA a 2.300 UFIMCA e apreensão do produto e dos equipamentos, com acréscimo de 1 UFIMCA por quilo de produto apreendido.

Art. 104 Praticar pesca profissional nos rios municipais, sem autorização do Órgão competente:

Multa de 11 UFIMCA a 1571,58 UFIMCA, com acréscimo de 0,15 UFIMCA, por quilo do produto da pescaria.

Art. 105 Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por competente:

Multa de R\$ 11 UFIMCA a 1571,58, com acréscimo de 0,15 UFIMCA, por quilo do produto da pescaria.

Parágrafo Único Incorre nas mesmas multas, quem:

I Pescar espécies que devam ser preservadas ou espécimes com tamanhos inferiores aos permitidos;

II Pescar quantidades superiores às permitidas ou mediante a utilização de aparelhos, apetrechos, técnicas e métodos não permitidos; e

III Transportar, comercializar, beneficiar ou industrializar espécimes provenientes da coleta, apanha e pesca proibida.

Art. 106 Pescar com a utilização de explosivos ou substâncias que, em contato com a água, produzam efeitos semelhantes, ou substâncias tóxicas, ou ainda, por outro meio proibido pela autoridade competente:

Multa de 11 UFIMCA a 1571,58 UFIMCA, com acréscimo de 0,15 UFIMCA, por quilo do produto da pescaria.

Art. 107 Molestar de forma intencional toda espécie de cetáceo em águas costeiras:

Multa de 39,29 UFIMCA.

Art. 108 Importar ou exportar quaisquer espécies aquáticas, em qualquer estágio de evolução, bem como a introdução de espécies nativa ou exótica em corpos hídricos, sem autorização do Órgão Ambiental competente;

Multa de 47,15 UFIMCA a 785,79 UFIMCA.

Art. 109 Explorar campos naturais de invertebrados aquáticos e algas, bem como recifes de coral sem autorização do Órgão Ambiental competente ou em desacordo com a obtida:

Multa de 7,86 UFIMCA a 157,16 UFIMCA.

Seção II
Das Sanções aplicáveis às infrações contra a Flora

Art. 110 Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-los com infringência das normas de proteção:

Multa de 23,57 UFIMCA a 785,79 UFIMCA, por hectare ou fração.

Parágrafo Único A multa será acrescida de 1/3 (um terço) por hectare ou fração se em:

I Área de Preservação Permanente;

II Reserva Legal;

III Unidade de Conservação;

IV Área de Recuperação Ambiental.

Art. 111 Cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente:

Multa de 23,57 UFIMCA a 78,58 UFIMCA, por hectare ou fração, ou 7,86 UFIMCA, por metro cúbico.

Art. 112 Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o art. 27 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização:

Multa de 3,15 UFIMCA a 785,79 UFIMCA.

Art. 113 Provocar incêndio em mata ou floresta:

Multa de 23,57 UFIMCA, por hectare ou fração queimada.

Parágrafo Único Incorre nas mesmas multas, quem vende, expõe à venda, tem em depósito, transporta ou guarda madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente.

Art. 114 Fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação, em áreas urbanas ou qualquer tipo de assentamento humano:

Multa de 15,71 UFIMCA a 157,16 UFIMCA, por unidade.

Art. 115 Extrair de florestas de domínio público ou consideradas de preservação permanente, sem prévia autorização, pedra, areia, cal ou qualquer espécie de minerais:

Multa de 23,57 UFIMCA, por hectare ou fração.

Art. 116 Podar, cortar, derrubar ou praticar qualquer ação que possa provocar dano ou morte de árvores em espaço urbano público, sem autorização emitida através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

Multa de 7 UFIMCA a 100 UFIMCA.

§ 1º Quando imprescindível, a remoção de árvores deverá ser feita mediante autorização da SEMMADS.

§ 2º A fim de não ser desfigurada a arborização dos logradouros públicos, tais remoções importam no replantio, se possível no mesmo local, privilegiando a utilização de espécie arbórea nativa da Mata Atlântica.

§ 3º Os serviços de supressão e poda das árvores, nos espaços públicos, devem ser executados por equipe da Prefeitura Municipal ou, por delegação, a empresa concessionária.

§ 4º A fim de não ser desfigurada a arborização dos logradouros públicos, tais remoções importam no replantio, se possível, no mesmo local, privilegiando a utilização de espécie arbórea nativa da Mata Atlântica.

Art. 117 Nas árvores dos logradouros públicos não poderão ser afixados ou amarrados fios, arames, cordas e congêneres, nem colocados anúncios, cartazes, placas, pinturas, impressos, tapumes, artefatos e objetos perfurantes:

Multa de 7 UFIMCA a 100 UFIMCA.

§ 1º Incorre nas mesmas multas quem:

I Depositar qualquer espécie de resíduo inorgânico na base das árvores integrantes da arborização pública.

II Cair ou pintar os troncos das árvores integrantes da arborização pública.

Art. 118 Cortar ou transformar em carvão madeira de lei, assim classificada em ato do Poder Público, para fins industriais, energéticos ou para qualquer outra exploração, econômica ou não, em desacordo com as determinações legais:

Multa de 7,86 UFIMCA, por metro cúbico.

Art. 119 Receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até o final beneficiamento:

Multa Simples de 1,57 UFIMCA a 7,86 UFIMCA, por unidade, estéreo, quilo, mdc ou metro cúbico.

Parágrafo Único Incorre nas mesmas multas, quem vende, expõe à venda, tem em depósito, transporta ou guarda madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente.

Art. 120 Impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas ou demais formas de vegetação:

Multa de 4,71 UFIMCA, por hectare ou fração.

Art. 121 Destruir, danificar, lesar ou maltratar, por qualquer modo ou meio, plantas de ornamentação de logradouros públicos:

Multa de 7,86 UFIMCA, por árvore.

Art. 122 Coletar, transportar, ou comercializar plantas ornamentais nativas silvestres, sem a devida autorização do Órgão Ambiental:

Multa de 0,78 UFIMCA a 7,86 UFIMCA, por unidade.

Art. 123 Comercializar motosserra ou utilizá-la em floresta ou demais formas de vegetação, sem licença ou registro da autoridade ambiental competente:

Multa simples de 7,86 UFIMCA, por unidade comercializada.

Art. 124 Ingressar em Unidades de Conservação, conduzindo substâncias ou instrumentos próprios para caça ou para exploração de produtos ou subprodutos florestais, sem licença da autoridade competente:

Multa de até 15,71 UFIMCA.

Art. 125 Destruir ou danificar florestas nativas ou plantadas ou vegetação fixadora de dunas, protetora de mangues, objeto de especial preservação:

Multa de até 23,57 UFIMCA, por hectare ou fração.

Art. 126 Explorar área de reserva legal, florestas e formação sucessoras de origem nativa, tanto de domínio público, quanto de domínio privado, sem aprovação prévia do Órgão Ambiental competente, bem como da adoção de técnicas de condução, exploração, manejo e reposição florestal:

Multa de 1,57 UFIMCA a 4,71 UFIMCA, por hectare ou fração, ou por unidade, estéreo, quilo, mdc ou metro cúbico.

Art. 127 Desmatar, a corte raso, área de Reserva Legal:

representadas no Sistema U T M, referenciadas ao **Meridiano Central nº 39°00'**, fuso -24, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M. A **Área 3**, Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **VT-02Q**, de coordenadas **N 7.512.443,6908m** e **E 801.401,3210m**; Cerca; deste, segue confrontando com E.T.A – ÁREA 1, com os seguintes azimutes e distâncias: 318°55'51" e 7,18 m até o vértice **VT-02D**, de coordenadas **N 7.512.449,1023m** e **E 801.396,6054m**; Rumo; deste, segue confrontando com ÁREA REMANESCENTE 1, com os seguintes azimutes e distâncias: 36°09'05" e 78,36 m até o vértice **VT-02C**, de coordenadas **N 7.512.512,3749m** e **E 801.442,8315m**; 339°33'36" e 48,27 m até o vértice **VT-02B**, de coordenadas **N 7.512.557,6039m** e **E 801.425,9751m**; 48°29'43" e 50,87 m até o vértice **VT-02A**, de coordenadas **N 7.512.591,3173m** e **E 801.464,0747m**; Estrada Estadual; deste, segue confrontando com ESTRADA SERRA-MAR, com os seguintes azimutes e distâncias: 171°39'19" e 8,36 m até o vértice **VT-02T**, de coordenadas **N 7.512.583,0441m** e **E 801.465,2882m**; Rumo; deste, segue confrontando com ÁREA REMANESCENTE 3, com os seguintes azimutes e distâncias: 228°29'43" e 41,50 m até o vértice **VT-02S**, de coordenadas **N 7.512.555,5459m** e **E 801.434,2124m**; 159°33'36" e 47,23 m até o vértice **VT-02R**, de coordenadas **N 7.512.511,2883m** e **E 801.450,7068m**; 216°09'05" e 83,72 m até o vértice **VT-02Q**, ponto inicial da descrição deste perímetro. **Tendo área de 1.224,81 m2**. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir, de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao **Meridiano Central nº 39°00'**, fuso -24, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M. A **Área 5**, Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **VT-01**, de coordenadas **N 7.512.428,2885m** e **E 801.487,9333m**; Rua; deste, segue confrontando com Rua, com os seguintes azimutes e distâncias: 223°52'57" e 7,748 m até o vértice **VT-02**, de coordenadas **N 7.512.422,7044m** e **E 801.482,5628m**; 214°41'20" e 89,419 m até o vértice **VT-03**, de coordenadas **N 7.512.349,1795m** e **E 801.431,6729m**; Rumo; deste, segue confrontando com ÁREA REMANESCENTE 2, com os seguintes azimutes e distâncias: 318°35'37" e 78,426 m até o vértice **VT-04**, de coordenadas **N 7.512.408,0018m** e **E 801.379,8022m**; Cerca; deste, segue confrontando com a Estação de Tratamento de Água, com as seguintes azimutes e distâncias: 49°16'51" e 39,820m até o vértice **VT-05**, de coordenadas **N 7.512.433,9782m** e **E 801.409,9822m**; Rumo; deste, segue confrontando com Área Remanescente 3, com os seguintes azimutes e distâncias: 94°10'29" e 78,158m até o vértice **VT-01**, ponto inicial da descrição deste perímetro. **Tendo área de 4.809,78 m2**. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir, de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao **Meridiano Central nº 45°00'**, fuso -23, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

Art. 3º Fica a Autarquia – Serviço Autônomo de Água e Esgoto – Águas de Casimiro, autorizada a proceder, por via amigável ou judicial, mediante prévia avaliação, a desapropriação prevista neste Decreto.

Art. 4º Fica declarada a urgência na presente desapropriação, tendo em vista a necessidade de ampliação e melhorias na Estação de Tratamento de Água de Rio Dourado, distrito de Casimiro de Abreu, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365/41.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 6º Poderá, em até 180 (cento e oitenta) dias, ser editado um novo Decreto com redimensionamento da área mencionada, caso necessite, para melhor atendimento ao interesse social.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO MARCOS DE LEMOS MACHADO
PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N.º 534, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Declara de Utilidade Pública para fins de desapropriação, em favor do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTO – ÁGUAS DE CASIMIRO, a área onde se encontra a atual Estação de Tratamento de Água de Rio Dourado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, PREVISTAS NO ARTIGO 97, I, “E” DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, COM FUNDAMENTO NAS ALÍNEAS “H” DO ART. 5º DO DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21/06/41,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública e de interesse social, para efeito de desapropriação amigável ou judicial, nos termos do inciso VI do artigo 2º da Lei nº 4.132/62, em favor do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – ÁGUAS DE CASIMIRO, de três frações de área de terra contida na área principal localizada no Distrito de Rio Dourado no Município de Casimiro de Abreu – RJ. A área principal medindo 437.234,49 (quatrocentos e trinta e sete mil, duzentos e trinta e quatro metros e quarenta e nove centímetros quadrados) / 43,72, equivalentes a 9,03 alqueires geométricos, sendo a área total descrita através das seguintes características e confrontações: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice VT-01, de coordenadas N 7.511.859,6916m e E 800.376,0960m; Cerca; deste, segue confrontando com BR-101 em linha sinuosa, com os seguintes azimutes e distâncias: 51°55'27" e 1.365,22 m até o vértice VT-02, de coordenadas N 7.512.698,5027m e E 801.446,8064m; Cerca; deste, segue confrontando com RODOVIA SERRA – MAR em linha sinuosa, com os seguintes azimutes e distâncias: 161°35'16" e 337,62 m até o vértice VT-03, de coordenadas N 7.512.384,4092m e E 801.551,3656m; Cerca; deste, segue confrontando com ESTRADA DE FERRO em linha sinuosa, com os seguintes azimutes e distâncias: 219°49'05" e 941,44 m até o vértice VT-04, de coordenadas N 7.511.663,3363m e E 800.950,2050m; Cerca; deste, segue confrontando com ESTRADA MUNICIPAL TRIMONTE em linha sinuosa, com os seguintes azimutes e distâncias: 288°52'54" e 630,48 m até o vértice VT-01, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 45°00', fuso -23, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

Parágrafo Único As frações das áreas para efeito de desapropriação foram definidas como Área 2, Área 3 e Área 5.

Art. 2º A **Área 2**, inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **VT-02J**, de coordenadas **N 7.512.437,7847m** e **E 801.353,3208m**; Cerca; deste, segue confrontando com **ÁREA REMANESCENTE 2**, com os seguintes azimutes e distâncias: 48°02'22" e 19,29 m até o vértice **VT-02I**, de coordenadas **N 7.512.450,6813m** e **E 801.367,6637m**; Cerca; deste, segue confrontando com **ESTRADA DE ACESSO A E.T.A.**, com os seguintes azimutes e distâncias: 49°51'50" e 7,00 m até o vértice **VT-02F**, de coordenadas **N 7.512.454,6427m** e **E 801.372,3620m**; Cerca; deste, segue confrontando com **ÁREA REMANESCENTE 1**, com os seguintes azimutes e distâncias: 48°33'21" e 14,64 m até o vértice **VT-02E**, de coordenadas **N 7.512.464,3314m** e **E 801.383,3346m**; 138°55'51" e 20,20 m até o vértice **VT-02D**, de coordenadas **N 7.512.449,1023m** e **E 801.396,6054m**; Cerca; deste, segue confrontando com **ÁREA 3**, com os seguintes azimutes e distâncias: 138°55'51" e 7,18 m até o vértice **VT-02Q**, de coordenadas **N 7.512.443,6908m** e **E 801.401,3210m**; Cerca; deste, segue confrontando com **ÁREA REMANESCENTE 3**, com os seguintes azimutes e distâncias: 138°55'51" e 12,46 m até o vértice **VT-02P**, de coordenadas **N 7.512.434,2999m** e **E 801.409,5043m**; 228°17'12" e 19,36 m até o vértice **VT-02O**, de coordenadas **N 7.512.421,4170m** e **E 801.395,0515m**; Cerca; deste, segue confrontando com **ÁREA 4**, com os seguintes azimutes e distâncias: 228°26'32" e 7,31 m até o vértice **VT-02L**, de coordenadas **N 7.512.416,5692m** e **E 801.389,5832m**; Cerca; deste, segue confrontando com **ÁREA REMANESCENTE 2**, com os seguintes azimutes e distâncias: 228°47'02" e 13,00 m até o vértice **VT-02K**, de coordenadas **N 7.512.408,0018m** e **E 801.379,8022m**; 318°21'29" e 39,85 m até o vértice **VT-02J**, ponto inicial da descrição deste perímetro. **Tendo uma área de 1.588,55 m2**. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, de coordenadas N m e E m, e encontram-se

Multa de até 23,57 UFIMCA, por hectare ou fração.

Art. 128 Fazer uso de fogo em área agropastoris (campo sujo, lavouras ou pastagens) sem autorização do Órgão competente ou em desacordo com a obtida:

Multa de 50 UFIMCA, por hectare ou fração.

Parágrafo Único A multa será acrescida de 1/3 (um terço) por hectare ou fração se em

I Área de Preservação Permanente;

II Reserva Legal;

III Unidade de Conservação;

IV Área de Recuperação Ambiental.

Seção III

Das Sanções aplicáveis à Poluição e outras Infrações Ambientais

Art. 129 Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Multa de 15,71 UFIMCA a 785792,86 UFIMCA, ou multa diária.

§ 1º Incorre nas mesmas multas quem:

I Tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para ocupação humana;

II Causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população;

III Causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade;

IV Dificultar ou impedir o uso público das praias;

V Lançar resíduos sólidos, líquidos ou gasosos ou detritos, óleos ou substâncias oleosas em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos;

VI Deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.

§ 2º As multas e demais penalidades de que trata este artigo serão aplicadas após laudo técnico elaborado pelo Órgão Ambiental competente, identificando a dimensão do dano decorrente da infração.

Art. 130 Causar, por poluição da água, do ar ou do solo, incômodo ou danos materiais ou morais a terceiros.

Multa de 6,28 UFIMCA a 785,79 UFIMCA, se o infrator for pessoa física, e de 12,57 UFIMCA a 31.431,71 UFIMCA, se o infrator for pessoa jurídica.

Art. 131 Poluir a água ou o solo por vazamento de óleo ou outros hidrocarbonetos:

Multa de 15,71 UFIMCA a 157.158,57 UFIMCA.

Art. 132 Causar poluição na água ou ar, gerando incômodo, prejuízos ou qualquer dano material à vizinhança ou ao meio ambiente.

Multa de 7,86 UFIMCA a 23,57 UFIMCA.

Art. 133 Lançar efluentes, sem tratamento adequado, nas praias, rios, córregos, lagoas, estuários ou na rede coletora de águas pluviais:

Multa de 20 a 1.000.000 UFIMCA

Parágrafo Único As multas serão aplicadas após laudo técnico elaborado por instituição competente ou profissional habilitado, identificando a dimensão do dano ocorrente da infração.

Art. 134 Poluir o ar por emissão proveniente de fonte fixa ou móvel.

Multa de 15,71 UFIMCA a 1.571,58 UFIMCA.

Art. 135 Poluir o ar por queima de materiais e resíduos de qualquer natureza ao ar livre, que comprometam de alguma forma o meio ambiente ou a sadia qualidade de vida.

Multa de 1,57 UFIMCA a 157,16 UFIMCA.

§ 1º Incorre na mesma multa quem:

I Emitir poeiras, névoas e gases, excetuando-se o vapor d'água, em qualquer operação de britagem, moagem e estocagem;

II Exercer atividades e/ou processos produtivos que emitam odores que possam criar incômodos à população;

III Emitir substâncias tóxicas, conforme enunciada em legislação específica;

IV Transportar materiais que possam provocar emissões de poluentes atmosféricas acima dos padrões estabelecidos pela legislação;

V Emitir fumaça preta acima de 20% (vinte por cento) da Escala Ringelman, em qualquer tipo de processo de combustão, exceto os dois primeiros minutos de operação, para os veículos automotores, e até cinco minutos de operação para outros tipos de equipamentos;

VI Queimar mesmo no interior dos próprios lotes em áreas urbanas, inclusive nos das instituições públicas, quaisquer matérias em quantidade capaz de molestar a vizinhança.

§ 2º As multas serão aplicadas após laudo técnico elaborado por instituição competente ou profissional habilitado, identificando a dimensão do dano ocorrente da infração.

Art. 136 Fumar em ambiente de acesso e permanência pública, tais como instituições de saúde, escolas, teatros, cinemas, estabelecimentos gastronômicos, veículos de transporte público e viaturas do poder municipal, bem como em todas as repartições públicas municipais.

Multa de 7 UFIMCA a 32 UFIMCA.

Art. 137 Poluir o ar por lançamento de resíduos gasosos ou de material particulado proveniente de fontes fixas ou móveis:

Multa de 15,71 UFIMCA a 7.857,92 UFIMCA.

Art. 138 Fica proibida a utilização ou funcionamento, residencial, comercial ou de qualquer outro estabelecimento, de qualquer

instrumento ou equipamento, fixo ou móvel, que produza, reproduza ou amplifique o som, no período diurno ou noturno, de modo que não se enquadre nos níveis máximos permitidos pelas normas vigentes.

Multa de 20 UFIMCA a 1.000.

Parágrafo Único As multas serão aplicadas após laudo técnico elaborado por instituição competente ou profissional habilitado, identificando a dimensão do dano ocorrente da infração.

Art. 139 Não será permitida a veiculação de propaganda por meio de faixas, quando afixadas no posteamento da iluminação pública, na sinalização de trânsito vertical, nas paradas de transporte coletivo, nos semáforos e nas árvores da arborização pública.

Multa de 7 UFIMCA a 100.

Art. 140 Não será permitida a veiculação de propagandas por qualquer meio nas zonas ambientais assim definidas no art. 23, III da Lei Municipal nº 1.352, de 04/03/10.

Art. 141 Executar pesquisa, lavra ou extração de resíduos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença ou desacordo com a obtida:

Multa de 78,58 UFIMCA a 15.715,85 UFIMCA, por hectare ou fração.

Parágrafo Único Incorre nas mesmas multas quem deixar de recuperar a área pesquisada ou explorada, nos termos da autorização, permissão, licença, concessão ou determinação do Órgão competente.

Art. 142 Poluir o solo por lançamento de resíduos sólidos ou líquidos em locais inapropriados, em áreas urbanas ou rurais:

Multa de 15,71 UFIMCA a 7.857,92 UFIMCA.

Art. 143 Lançar, direta ou indiretamente em corpos hídricos, qualquer resíduo sólido, substâncias tóxicas e de efluente líquido.

Multa de 20 UFIMCA a 1.000.000 UFIMCA.

Art. 144 Poluir, por qualquer forma ou meio, o solo ou corpos hídricos, impedindo ou dificultando o uso, ainda que temporariamente, por terceiros. Sendo o impedimento não temporário agravante do fato.

Multa de 15,71 UFIMCA a 15.715,85 UFIMCA.

Art. 145 Causar degradação ambiental que provoque erosão, deslizamento, desmoronamento ou modificação nas condições hidrográficas ou superficiais:

Multa de 15,71 UFIMCA a 15.715,85 UFIMCA.

Art. 146 Dispor, guardar ou ter em depósito, ou transportar resíduos sólidos em desconformidade com a regulamentação pertinente:

Multa de 15,71 UFIMCA a 3.143,17 UFIMCA.

Art. 147 Transportar resíduos, produtos e materiais perigosos juntamente com:

I Passageiros;

II Animais;

III Alimentos ou medicamentos e água destinados ao consumo humano ou animal, ou com embalagens de produtos destinados a estes fins;

IV Outro tipo de carga, salvo se houver compatibilidade entre os produtos transportados.

Multa de 30 a 10.000 UFIMCA

Art. 148 Não é permitido o parcelamento de solo para fins urbanos em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados:

Multa de 100 UFIMCA a 2.200 UFIMCA.

§ 1º Incorre nas mesmas multas quem parcelar o solo em:

I Terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas;

II Topo de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que 25°, as áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura mínima da elevação sempre em relação à base, sendo esta definida pelo plano horizontal determinado por planície ou espelho d'água adjacente ou, nos relevos ondulados, pela cota do ponto de sela mais próximo da elevação;

III Terrenos onde as condições geomorfológicas desaconselham a edificação;

IV Áreas de Preservação Permanente;

V Áreas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis.

§ 2º Não serão permitidos loteamentos nas áreas de entorno das Unidades de Conservação, exceto quando previsto no Plano de Manejo das Unidades e devidamente autorizado pelo gestor da Unidade envolvida.

Art. 149 Produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou em seus regulamentos:

Multa 78,58 UFIMCA a 15.715,85 UFIMCA.

§ 1º Incorre nas mesmas penas, quem abandona os produtos ou substâncias referidas no "caput", ou utiliza em desacordo com as normas de segurança.

§ 2º Se o produto ou a substância for nuclear ou radioativa, a multa é aumentada ao quádruplo.

Art. 150 Iniciar obras ou atividade, construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território municipal, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos Órgãos Ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes:

Multa de 78,58UFIMCA a 15.715,85 UFIMCA.

Art. 151 Disseminar doença ou praga ou espécies que possam causar danos à agricultura, à pecuária, à fauna, à flora ou aos ecossistemas:

Art. 7º Fica criado o art. 59-A a Lei Municipal n.º: 992/2005, com a seguinte redação:

Departamento de Urbanismo

Art. 59-A – Ao Departamento de Urbanismo compete:

- I. Elaborar estudos e pesquisas de interesse da municipalidade para o desenvolvimento urbano e regional;
- II. Estudar e orientar a aprovação de projetos de loteamento, desmembramento e remembramento de terrenos;
- III. Orientar e executar as atividades de planejamento físico do Município;
- IV. Propor modificações e reformas na legislação urbanística municipal;
- V. Supervisionar o cumprimento das normas relativas ao zoneamento e uso do solo;
- VI. Conservar os prédios Municipais;
- VII. Promover o embelezamento da cidade junto com outras Secretarias;

Art. 8º Fica criado o art. 59-B a Lei Municipal n.º: 992/2005, com a seguinte redação:

Departamento de Habitação e Assentamentos Humanos

Art. 59 -B – Ao Departamento de Habitação e Assentamentos Humanos compete:

- I. Estabelecer o planejamento e a execução da política habitacional do Município, especialmente a destinada a atender as camadas populares de baixa renda;
- II. Realizar estudos para levantamento das condições de moradia da população a fim de direcionar os programas de habitação popular
- III. Prestar apoio institucional às ações organizativas das comunidades e de entidades não governamentais quanto a projetos de natureza social;

Art. 9º Fica criado o art. 59-C a Lei Municipal n.º: 992/2005, com a seguinte redação:

Departamento de Saneamento

Art. 59 - C - Ao Departamento de Saneamento compete:

- I. Acompanhar, supervisionar e avaliar atividades de saneamento;
- II. Prestar apoio técnico administrativo em saneamento a programas e ações desenvolvidas por outros órgãos ou Secretarias de Administração Municipal;
- III. Fomentar a criação e estruturação de serviços de água, esgoto e resíduos sólidos;
- IV. Elaborar, implantar e atualizar dados cadastrais, regulamentos e instruções para o funcionamento dos serviços de saneamento;
- V. Promover ações de controle de qualidade de água de abastecimento público assegurando os padrões de potabilidade da água;
- VI. Promover ações de educação e participação comunitária nas atividades e programas de saneamento.

Art. 10 Fica transferida a dotação Orçamentária direcionada da extinta secretaria Municipal de Habitação, Saneamento e Urbanismo para a Secretaria Municipal de Obras, habitação e Serviços Públicos.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

ANTÔNIO MARCOS DE LEMOS MACHADO
PREFEITO

LEI Nº 1.695, de 15 de junho de 2015

Dispõe sobre a revogação e alteração de dispositivos da Lei Municipal n.º: 992/2005, com as alterações inseridas pela Lei, 1650/2014, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Revogar o item 13 do inciso III do art. 4º, os Artigos 118, 119 120 e 121 da Lei Municipal n.º: 992/2005, extinguindo a Secretaria Municipal de Habitação, Saneamento e Urbanismo, criada pela Lei 992 de 2005.

Art. 2º Fica revogado o artigo 3º da Lei nº 1650/2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 3º Alterar a nomenclatura da Secretaria Municipal De Obras E Serviços Públicos para SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

Art. 3º Ficam transferidos para a estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos os seguintes departamentos da extinta Secretaria Municipal de Habitação, Saneamento e Urbanismo, aos quais competem:

- 1 - Departamento de Urbanismo
- 2 - Departamento de Saneamento
- 3 - Departamento de Habitação e Assentamentos Humanos

Art. 4º Ficam transferidos para a Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos os cargos da extinta Secretaria Municipal de Habitação, Saneamento e Urbanismo.

Art. 5º Ficam extintos os cargos de Secretário e Subsecretário da extinta Secretaria Municipal de Habitação, Saneamento e Urbanismo.

Art. 6º Acrescenta-se ao Artigo 56 da Lei Municipal 992 de 2005, os seguintes incisos:

“Art. 56 ...

XIV. Integrar-se com a Secretaria Municipal de Planejamento para montagem de Perfis comunitários que indiquem a produção integrada de projetos de capacitação de mão de obra identificados com as prioridades sócio-econômicas das populações envolvidas;

XV. Enviar dados atualizados a Secretaria Municipal de Planejamento;

XVI. Coordenar e executar programas habitacionais voltados para o desenvolvimento do Município;

XVII. Analisar projetos de arquitetura, instalações especiais e projetos complementares de hospitais, postos e centros de saúde e outros prédios destinados à área de saúde e saneamento;

XVIII. Coordenar a negociação de convênios e projetos especiais, acompanhando junto às Secretarias interessadas, todas as suas etapas de desenvolvimento;

XIX. Captar recursos junto ao governo Federal e Estadual;

XX. Planejar, organizar, controlar, acompanhar e executar as propostas de custos voltados para projeto de Habitação e Saneamento;

Multa de 78,58 UFIMCA a 31.431,71 UFIMCA.

Art. 152 Alterar ou promover a conversão de qualquer item em veículos ou motores novos ou usados, que provoque alterações nos limites e exigências ambientais previstas em lei:

Multa de 7,86 UFIMCA a 157,16 UFIMCA, por veículo, e correção da irregularidade.

Art. 153 Deixar, o comerciante, de apresentar declaração de estoque e valores oriundos de comércio de animais silvestres:

Multa de 3,15 UFIMCA, por unidade em atraso.

Art. 154 Deixar de apresentar aos Órgãos competentes as inovações concernentes aos dados fornecidos para o registro de agrotóxicos, seus componentes e afins:

Multa de 78,58 UFIMCA a 1.571,58 UFIMCA, por produto.

Art. 155 Deixar de constar de propaganda comercial de agrotóxicos, seus componentes e afins em qualquer meio de comunicação, clara advertência sobre os riscos do produto à saúde humana, aos animais e ao meio ambiente ou desatender os demais preceitos da legislação vigente:

Multa de até 78,58 UFIMCA.

Art. 156 Deixar o fabricante de cumprir os requisitos de garantia ao atendimento dos limites vigentes de emissão de poluentes atmosféricos e de ruído, durante os prazos e quilometragens previstos em normas específicas, bem como deixar de fornecer aos usuários todas as orientações sobre a correta utilização e manutenção de veículos ou motores:

Multa de 1.571,58 UFIMCA a 15.715,85 UFIMCA.

Art. 157 Descumprir qualquer preceito estabelecido neste Decreto ou em leis estaduais de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente, para as quais não haja cominação específica:

Multa de 0,78 UFIMCA a 78,58 UFIMCA.

Art. 158 Quando as infrações previstas nesta Seção resultarem ou puderem resultar em danos à saúde humana, provocarem mortandade de animais ou destruição significativa da flora, as multas poderão alcançar 785.792,86 UFIMCA.

Seção IV

Das sanções aplicáveis às infrações contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural

Art. 159 Destruir, inutilizar ou deteriorar:

I Bem especialmente protegido por lei, por ato administrativo ou por decisão judicial; ou

II Arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, por ato administrativo ou por decisão judicial:

Multa de 157,16 UFIMCA a 7857,92 UFIMCA.

Art. 160 Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão

judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:

Multa de 157,16 UFIMCA a 3.143,17 UFIMCA.

Art. 161 Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:

Multa de 157,16 UFIMCA a 1.571,58 UFIMCA.

Art. 162 Pichar, grafitar ou por qualquer meio conspurcar monumento urbano, ou edificação pública ou privada:

Multa de 15,71 UFIMCA a 785,79 UFIMCA.

Parágrafo Único Se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada, em virtude de seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a multa é aplicada em dobro.

Seção V Das Sanções aplicáveis às infrações contra a Administração Ambiental Municipal

Art. 163 Deixar, sem justa causa, de cumprir as regulares intimações do Órgão Ambiental Municipal, nos termos do art. 62 deste Decreto:

Multa de 0,78 UFIMCA a 125,73 UFIMCA.

Art. 164 Descumprir, sem justo motivo, cronograma ajustado com Órgãos Ambientais:

Multa de 6,28 UFIMCA a 628,63 UFIMCA.

Parágrafo Único Na hipótese de existência de multa específica prevista em Termo de Compromisso ou de Ajustamento Ambiental, prevalecerá a multa de maior valor.

Art. 165 Danificar, culposa ou dolosamente, equipamento do Órgão Ambiental Municipal:

Multa de 7,86 UFIMCA a 471,47 UFIMCA, sem prejuízo da obrigação de indenizar os danos causados, nos termos da lei.

Art. 166 Desrespeitar ou desacatar agente fiscalizador do Órgão Ambiental Municipal:

Multa de 3,92 UFIMCA a 235,73 UFIMCA.

Art. 167 Impedir ou, de qualquer modo, dificultar a ação de fiscalização do Órgão Ambiental Municipal:

Multa de 3,92 UFIMCA a 235,73 UFIMCA.

Art. 168 Deixar de prestar ao Órgão Ambiental Municipal informações exigidas pela legislação pertinente ou prestar informações falsas, distorcidas, incompletas ou modificar relevante dado técnico solicitado:

Multa de 3,92 UFIMCA a 1.571,58 UFIMCA.

Art. 169 Descumprir Embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas:

Multa de 1.571,58 UFIMCA a 15.715,85 UFIMCA.

Seção VI

Das infrações relativas ao Licenciamento Ambiental

Art. 170 Dar início à instalação de qualquer atividade ou testar qualquer equipamento sem possuir licença ambiental, quando esta for exigível.

Multa de 3,15 UFIMCA a 785,79 UFIMCA, se o infrator for pessoa física, e de 6,28 UFIMCA a 7.857,92 UFIMCA, se o infrator for pessoa jurídica.

Art. 171 Instalar atividade ou testar qualquer equipamento em desacordo com as condições ou restrições estabelecidas na respectiva Licença Ambiental:

Multa de 3,15 UFIMCA a 1.257,26 UFIMCA, se o infrator for pessoa física, e de 4,71 UFIMCA a 12.572,68 UFIMCA, se o infrator for pessoa jurídica.

Art. 172 Dar início ou prosseguir na operação de qualquer atividade sem possuir licença ambiental, quando esta for exigível:

Multa de 3,15 UFIMCA a 1.414,42 UFIMCA, se o infrator for pessoa física, e de 6,28 UFIMCA a 15.715,85 UFIMCA, se o infrator for pessoa jurídica.

Art. 173 Dar prosseguimento à operação de qualquer atividade depois de vencido o prazo de validade da respectiva licença ambiental, salvo se já tiver sido protocolizado o respectivo pedido de renovação de licença com 120 dias de antecedência do prazo de vencimento da mesma:

Multa de 3,15 UFIMCA a 1.571,58 UFIMCA, se o infrator for pessoa física, e de 4,71 UFIMCA a 7.857,92 UFIMCA, se o infrator for pessoa jurídica.

Art. 174 Operar atividade licenciada em desacordo com as condições ou restrições estabelecidas na respectiva licença ambiental:

Multa de 3,15UFIMCA a 1.414,42 UFIMCA, se o infrator for pessoa física, e de 4,71 UFIMCA a 31.431,71 UFIMCA, se o infrator for pessoa jurídica.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Seção I

Da Cobrança e do Parcelamento de Débitos

Art. 175 Não havendo mais possibilidade de recurso, o infrator será intimado a pagar o débito em 5 (cinco) dias.

§ 1º O autuado poderá, no prazo previsto no caput, solicitar o parcelamento do débito.

§ 2º O débito objeto de parcelamento será consolidado na data do pedido.

§ 3º O valor mínimo de cada prestação mensal não poderá ser inferior a:

I 0,78 UFIMCA, quando o devedor for pessoa física; e
II 3,15 UFIMCA, quando o devedor for pessoa jurídica.

§ 4º O valor de cada parcela será obtido mediante a divisão do valor do débito consolidado pelo número de parcelas, observados os limites do § 3º.

§ 5º Caso o pedido de parcelamento seja deferido, o autuado será intimado para, em 20 (vinte) dias, pagar a primeira parcela e firmar Termo de Compromisso de parcelamento e confissão de dívida.

§ 6º A formalização do parcelamento fica condicionada ao julgamento do Auto de Infração e ao pagamento da primeira prestação, conforme o montante do débito e o prazo solicitado.

§ 7º Caso o autuado não compareça para firmar o Termo de Compromisso de parcelamento e confissão de dívida no prazo da intimação, será dado seguimento aos procedimentos para a cobrança do débito consolidado.

Art. 176 A falta de pagamento de 02 (duas) parcelas, consecutivas ou não, ou de 01 (uma) parcela, estando pagas todas as demais, implicará a imediata rescisão do parcelamento e o prosseguimento da cobrança.

Parágrafo Único Em se tratando de vários débitos do mesmo devedor e de mesma natureza, os valores poderão ser acumulados para celebração de um único Termo de Compromisso de parcelamento e confissão de dívida.

Art. 177 Quando instado pelo interessado, a Prefeitura Municipal, por meio do setor de arrecadação, emitirá certidão positiva ou negativa de débito, que será válida por 30 (trinta) dias a contar da data de sua expedição.

Parágrafo Único Será emitida certidão positiva com efeitos de negativa quando o Auto de Infração ainda não estiver definitivamente julgado ou a cominação pecuniária estiver suspensa por ordem judicial.

Seção II

Das Disposições Finais

Art. 178 Os seguintes documentos deverão ser lavrados ou preenchidos observando-se obrigatoriamente os modelos disponibilizados na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável após manifestação da Procuradoria Geral do Município e aprovação do Diretor responsável pelas ações de fiscalização ambiental:

- I Relatório de Fiscalização;
- II Termo de Guarda ou Depósito;
- III Termo de Destinação Sumária;
- IV Contradita;
- V Parecer Instrutório; e
- VI Parecer Instrutório Recursal.

Parágrafo Único Parecer Instrutório Recursal é o documento de natureza instrutória que tem por objetivo caracterizar de forma objetiva os requisitos de admissibilidade do recurso, bem como, delimitar a matéria a ser submetida à apreciação superior;

Art. 179 A consolidação e a uniformização de teses jurídicas dar-se-á por ato do Procurador Geral do Município na forma de orientação normativa, que terá caráter vinculante no âmbito da Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu.

Parágrafo Único As orientações normativas, depois de numeradas de acordo com a ordem de sua aprovação, serão publicadas no Diário Oficial do Município e disponibilizadas no sítio da Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu na Internet.

Art. 180 Finalizado o processamento do Auto de Infração com a execução integral das sanções aplicadas, os autos serão arquivados, mantendo-se seu registro nos sistemas corporativos para efeito de eventual caracterização de agravamento de nova infração.

Art. 181 Reverterá ao Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA, o total dos valores arrecadados em pagamento de multas aplicadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 182 A verificação do pagamento de multa deverá ser realizada através de consulta ao setor de arrecadação até que sejam implantados os sistemas corporativos necessários à automatização da consulta.

Art. 183 Os pedidos de conversão de multas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente serão indeferidos até a regulamentação dos procedimentos para o seu processamento.

Art. 184 As multas aplicadas com base neste Decreto poderão ter a sua exigibilidade suspensa, mediante a celebração de Termo de Compromisso ou de ajuste ambiental formulado e analisado pela CPPIA, a exclusivo critério do Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, obrigando-se o infrator à adoção de medidas específicas para fazer cessar a degradação ambiental, sem prejuízo das demais medidas necessárias ao atendimento das exigências impostas pelas autoridades competentes.

§ 1º O Termo de Compromisso ou de ajuste ambiental, com força de título executivo extrajudicial, disporá, obrigatoriamente, sobre:

I Nome, a qualificação e o endereço das partes compromissadas e dos respectivos representantes legais;

II Prazo de vigência do compromisso que, em função da complexidade das obrigações nele fixadas, poderá variar entre o mínimo de noventa dias e o máximo de três anos, devendo, em caso de prorrogação – que não poderá ser superior a um ano - prever a aplicação de multa específica para cada cláusula descumprida;

III Descrição detalhada de seu objeto, o valor do investimento previsto e o cronograma físico de execução e de implantação das obras e serviços exigidos, com metas trimestrais a serem atingidas;

IV As multas que podem ser aplicadas à pessoa física ou jurídica compromissada, cujo valor não poderá ser superior ao valor do investimento previsto, e os casos de extinção do compromisso, em decorrência do não cumprimento das obrigações nele pactuadas, sem prejuízo da possibilidade de o Órgão Ambiental exigir garantias reais ou fidejussórias para assegurar o cumprimento de obrigação;

V Foro competente para dirimir litígios entre as partes.

§ 2º A protocolização de pedido de celebração de Termo de Compromisso ou de ajuste ambiental pelo infrator não suspende a apuração de infrações ambientais, nem a aplicação das sanções estabelecidas neste Decreto, nem o exime da responsabilidade de pagamento do respectivo passivo ambiental.

§ 3º O infrator apresentará Projeto Técnico de reparação do dano;

§ 4º O Órgão Ambiental poderá dispensar o infrator da apresentação de Projeto Técnico, na hipótese em que a reparação não o exigir.

§ 5º Cumpridas integralmente as obrigações assumidas pelo infrator, conforme avaliação a critério do Órgão que houver celebrado o Termo de Compromisso ambiental, a multa poderá ser reduzida ou cancelada por ato do Secretário de Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

§ 6º O Termo de Compromisso ambiental poderá estipular a conversão parcial ou total das multas aplicadas em serviços de interesse ambiental ou na realização de obras de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, sem prejuízo das medidas previstas no “caput” deste artigo.

§ 7º Persistindo a irregularidade ou revelando-se a atitude do infrator como meramente paliativa ou procrastinatória, serão cobradas as multas sustadas, com acréscimo de 30% (trinta por cento), sem prejuízo das multas que vierem a ser estipuladas no Termo de Compromisso ambiental.

Art. 185 Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO MARCOS DE LEMOS MACHADO
PREFEITO

NOTA DE ESCLARECIMENTO E REMARCAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL nº 13/2015

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições, conferidas pela portaria 972/2014, vem informar que ocorreu um erro material na publicação do aviso de licitação do Pregão 13/2015 onde informava que a Licitação para Registro de Preço seria exclusivo para participação de ME/EPP/ME, conforme LC 123/2006, no entanto, devido a natureza do objeto ser muito específica faz-se necessário dar maior abrangência a concorrência a fim de obter êxito na contratação, desse modo, o certame **NÃO SERÁ EXCLUSIVA A PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/ME.**

Sendo assim, a Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu torna público aos interessados que esta sendo **REMARcado** a Licitação para Registro de Preço, na modalidade Pregão na forma Presencial n.º 13/2015 do Fundo Municipal de Saúde, que se realizará na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Rua Padre Anchieta, nº 369, Centro, Casimiro de Abreu/RJ no dia 13/07/2015, às 12:30 min, para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças e insumos, da usina de oxigênio do Hospital Municipal Ângela Maria Menezes. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos em até 24 (vinte e quatro) horas anteriores à data do recebimento das propostas, mediante a entrega de 02 (duas) resmas de papel A4 e o interessado deverá estar munido do carimbo do CNPJ, no endereço acima citado no horário de 12h00min as 16h00min.

Casimiro de Abreu, 25 de junho de 2015.

Neiva Maura Gomes Guarabú
Pregoeira